



A questão habitacional na Região Metropolitana de Belém

Andréa Pinheiro, José Júlio Ferreira Lima, Maria Elvira Rocha de Sá e Maria Vitória Paracampo

1. Apresentação

Este texto é resultado do Workshop realizado em Belém no período de 10 a 11 de dezembro de 2001, com o objetivo de apresentar os resultados de levantamentos preliminares da pesquisa “Observatório de políticas urbanas e gestão municipal: rede nacional de avaliação e disseminação de experiências alternativas em habitação popular”, que contou com a participação de 22 pessoas, entre professores, alunos de graduação e pós-graduação, técnicos da Fase-Belém e o coordenador nacional da pesquisa.

Os trabalhos apresentados no Workshop envolveram três áreas: primeiro, tecer um breve diagnóstico da Região Metropolitana de Belém (RMB), Pará (PA), mostrando as relações e a reconfiguração de conflitos/processos socioespaciais na questão habitacional; segundo, fazer uma retrospectiva dos programas habitacionais

no Brasil e suas intervenções na RMB-PA; terceiro, apresentar alguns programas e projetos habitacionais considerados mais significativos das estratégias e conteúdos das intervenções públicas na RMB, compondo um quadro preliminar de mapeamento das experiências para estudo de casos da pesquisa.

O Workshop buscou ainda mobilizar e consolidar as parcerias institucionais, identificar grupos e/ou pessoas que já estavam desenvolvendo trabalhos acadêmicos ou relacionados às questões da habitação na RMB. As apresentações e debates permitiram uma maior aproximação da realidade local considerando as especificidades do contexto amazônico e as experiências para composição de tipologia específica a ser elaborada pela pesquisa Rede nacional de avaliação e disseminação de experiências alternativas em habitação popular.

2. Da questão social à questão habitacional na Região Metropolitana de Belém: a política de periferação/metropolização da pobreza

2.1. Belém, metrópole da Amazônia: breve histórico

A Região Metropolitana de Belém foi constituída pela Lei Complementar federal n. 14, de 08/06/73, e seus Conselhos Deliberativo e Consultivo foram criados pela Lei estadual n. 4.496, de 03/12/73. Até a metade da década de 1990, estava composta somente pelos municípios de Belém e Ananindeua, quando houve a sua redefinição físico-espacial, sendo ampliada pela Lei Complementar n. 27 de 19/10/1995, com a inclusão dos municípios de Marituba, Benevides e

Santa Bárbara. O município de Belém faz parte, juntamente com Ananindeua, Benevides e Barcarena da Microrregião Homogênea de Belém - MRH-37, segundo a divisão adotada pelo IBGE para o território paraense (Figura 1). O município de Belém é a capital do estado do Pará e ocupa a maior porção do território da RMB, como mostra a Tabela 1.

Município	Área (km ²)	%
Belém	505.82	38,52
Ananindeua	173.69	13,23
Marituba	111.09	8.46
Benevides	246.49	18,77
Santa Bárbara	276.06	21,02
TOTAL	1313.15	100

Tabela 1 – Área da Região Metropolitana de Belém por município – 1997. Fonte: Idesp/Codem.

A conurbação das sedes municipais de Ananindeua com Belém não se fez apenas pela proximidade físico-geográfica entre as duas cidades, mas foi também resultado do avanço das áreas urbanas de Belém no sentido oeste-leste, isto é, no sentido de Ananindeua, por razões decorrentes da história econômica do Pará com reflexos sobre a capital, cuja síntese aqui vai exposta para melhor entendimento do conjunto urbano formado pelas duas cidades. Em 1616, os ingleses já estavam à margem esquerda do Rio Oiapoque; os holandeses possuíam fortificações e plantações de cana-de-açúcar no Amapá e no Xingu; e os franceses assentaram suas feitorias em várias ilhas da foz do Rio Amazonas.

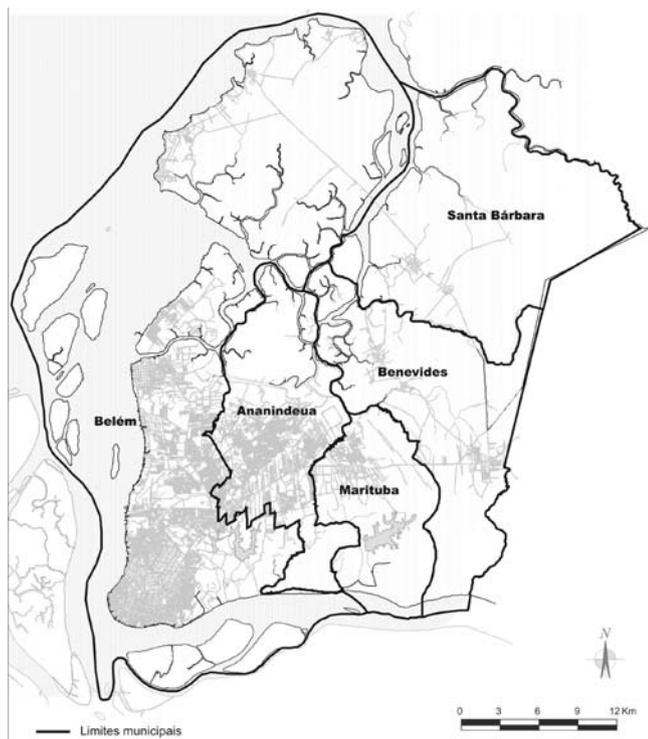


Figura 1 – Região Metropolitana de Belém com a divisão de municípios. Fonte: PMB/CODEM

A colonização portuguesa na Amazônia se iniciou com a fundação da cidade de Belém em 1616, para se opor às tentativas dos ingleses, franceses e holandeses de se estabelecerem na região, ocorreu após a expulsão dos franceses do Maranhão, onde pretendiam instalar a França Equinocial.

Com a construção do Forte do Presépio (depois denominado Forte do Castelo) – marco inicial de Belém – na confluência da Baía do Guajará com o Rio Guamá (parte meridional da foz do Rio Amazonas), a cidade recebeu, desde logo, a influência do rio.

As primeiras ruas de Belém surgiram ao lado do Guamá e por ele se orientaram. Eram as ruas do Norte, Espírito Santo e dos Cavaleiros (estreitos caminhos), hoje, respectivamente, Rua Siqueira Campos e Rua Dr. Assis e Dr. Malcher.

Tal como nos núcleos portugueses do litoral atlântico, a atividade econômica, na Amazônia, se iniciou com a lavoura da cana-de-açúcar, que, contudo, não progrediu devido às dificuldades naturais da mata e dos rios. Apesar disso, alguns engenhos reais foram construídos em Belém, localizados no atual bairro da Cidade Velha (antes chamado de Cidade), ao norte do Igarapé do Piri, que ia do Arsenal da Marinha até ao Ver-o-Peso, desembocando na Baía do Guajará, formando, antes, um imenso alagado no terreno onde hoje encontra-se a Praça Dom Pedro II em frente aos atuais Palácios do Governo e Antônio Lemos.

O Piri e o alagado foram aterrados entre 1803 e 1823. Por dificuldades financeiras e escassez de mão-de-obra, os senhores de engenho foram levados a fabricar aguardente, de maior consumo e mais elevado preço, em “molinetes” (pequenos engenhos), instalados do outro lado do Igarapé do Piri, porque os mesmos eram proibidos de serem erguidos junto aos engenhos reais do bairro da Cidade. Assim, se formou, ao sul daquele igarapé e contornando a Baía do Guajará, o bairro da Campina, cuja divisa com o bairro da Cidade era a Travessa São Mateus (hoje, Padre Eutíquio).

Verifica-se, pois, que Belém ficou inicialmente presa ao rio e à baía, sem nenhuma penetração para o interior (devido ainda à existência de igarapés e

igapós). Essa influência se fez, inclusive, quando a cidade tomou a direção para a Ponta do Mel (depois Vila Pinheiro, hoje Vila de Icoaraci), pela orla da Baía do Guajará.

Com o insucesso da lavoura da cana-de-açúcar, os colonizadores portugueses, especialmente os religiosos, com a ajuda dos índios (domesticados e aculturados, conhecedores dos rios e da floresta), estabeleceram a “coleta das drogas do sertão” (plantas medicinais e aromáticas, cacau, canela, cipós, raízes etc.), utilizando os rios como vias de acesso, em cujas margens surgiram os primeiros povoados e vilas da região, a partir das missões, quartéis e fortalezas.

A atividade da coleta se estendeu até os meados do século XIX e seus resultados materiais e econômicos foram escassos, salvo o relativo progresso que toda a Amazônia, especialmente o Pará, teve no governo do Primeiro Ministro português Marquês de Pombal (1750-77), durante o reinado de D. José I. Pombal criou a Companhia de Comércio do Grão-Pará, com sede na cidade de Belém, incentivando o cultivo do café, fumo, cacau e a pecuária, bem como ampliou a utilização da mão-de-obra escrava africana¹.

Durante o governo de Pombal, Belém teve um expressivo crescimento demográfico e avançou para

o interior, rumo à mata, afastando-se do rio e da baía, bem como recebeu seus primeiros equipamentos urbanos. Esse avanço se fez nas partes mais altas do sítio, evitando-se os igarapés e igapós, do que resultou o perfil irregular da cidade. Alcançou, inicialmente, as áreas que formam hoje os bairros do Reduto, Batista Campos, Nazaré e Umarizal², sendo a Avenida Nazaré (antes Estrada de Nazaré) o vetor que orientou, desde então, o crescimento de Belém rumo ao bairro do Marco, isto é, no sentido de Ananindeua, oeste-leste, prolongando-se pela Estrada da Independência até São Brás e, daí, pela Estrada Real (depois, Estrada de Bragança; mais tarde, Avenida Tito Franco; hoje, Avenida Almirante Barroso) até o marco da 1ª Léguas Patrimonial³.

O governo de Pombal caiu em 1777 e, simultaneamente, foi extinta a Companhia de Comércio do Grão-Pará, coincidindo com a queda das vendas das especiarias amazônicas no mercado europeu, fatos que afetaram a economia do Pará, que se agravou mais ainda com a liberação da mão-de-obra escrava para a ociosidade.

Na segunda metade do século XIX, começa a desenvolver-se na Amazônia, especialmente no Pará, a extração da borracha. De início, como prolonga-

¹No Pará, governou Mendonça Furtado, irmão de Pombal, com muito autoritarismo.

²Neles predominaram as “rocinhas”, que eram casas térreas, com grande varanda, estilo campestre, em torno das quais eram executadas atividades rurais as mais diversas.

³A 1ª Léguas Patrimonial (4.110 ha) foi doada à Câmara de Belém em 1628, por carta de sesmaria, pelo Governador do Maranhão e Grão-Pará, Francisco Coelho de Carvalho. A medição e a demarcação só se fizeram, contudo, no século XVIII, ficando-se um “marco” (daí o nome do bairro do Marco) na extremidade leste da Estrada Real.

mento natural da “coleta das drogas”, depois de 1880, se fez mais intensamente, devido à demanda cada vez maior e à subida de seus preços nos Estados Unidos e na Europa, com o crescimento da indústria de artefatos de borracha⁴.

No rush da borracha, Belém ganhou mais consistência, com a implantação de inúmeros serviços urbanos, principalmente no governo do Intendente Antônio Lemos (1897-1912): bondes eletrificados e iluminação pública, serviços de esgoto, limpeza urbana e forno crematório, corpo de bombeiros, calçamento de ruas e avenidas etc. Foi quando Belém consolidou seu rumo em direção ao bairro do Marco, a partir da Avenida Almirante Barroso e vias adjacentes. O bairro do Marco foi planejado dentro do limite da 1ª Légua Patrimonial, com abertura de suas avenidas e travessas, ocupadas desde logo por inúmeras chácaras. É também da fase da borracha o crescimento da Região Bragantina com o surgimento dos núcleos agrícolas, inclusive Ananindeua. Além da agricultura de autoconsumo e para abastecimento de Belém, floresceu também o cultivo de algodão, malva e fumo⁵.

Como consequência da “camponesação” da Região Bragantina, surgiram, em Belém, indústrias de te-

celagem, calçados, curtição de couro, fumo, doces, refrigerantes, sabão etc., que direcionaram a segregação para o bairro do Reduto, onde se instalaram algumas delas. A segregação também se deu em Nazaré, Umarizal e Batista Campos como bairros residenciais, com seus palacetes, que substituíram as antigas “rocinhas”.

Até 1943, Ananindeua pertencia, juntamente com Benevides, ao município de Belém. Inicialmente, chamava-se freguesia. Depois, esta foi transformada em distrito. Sua sede municipal surgiu de uma “parada” da extinta Estrada de Ferro de Bragança, que ligava Belém (Estação de São Brás) à Bragança, com 293 km de trilhos. A estrada foi construída entre 1883 e 1908 – com o primeiro trecho (Belém-Benevides) inaugurado em 1884 – e extinta em 1964⁶. Pelo Decreto-Lei estadual 4.505, de 30/12/43, foi criado o município de Ananindeua (abrangendo Ananindeua e Benevides), cuja instalação oficial deu-se em janeiro de 1944, sendo nomeado prefeito o Sr. Claudomiro Belém de Nazaré. Em dezembro de 1961, foi criado o município de Benevides, desmembrado de Ananindeua do qual era distrito.

A sede municipal de Ananindeua dista de Belém 28 km pela BR-316. Essa estrada, em conexão

⁴O uso industrial da borracha é de 1770. Mas, só em 1842, com a descoberta do processo de vulcanização, é que a borracha passou a ser aproveitada na indústria de instrumentos cirúrgicos, de laboratórios e de pneumáticos (Prado Júnior, 1983).

⁵A consolidação dessa região se deu graças à facilidade de escoamento da produção pela ferrovia recém-construída e também devido à chegada de migrantes nordestinos, chegando a se formar ali a maior densidade demográfica da Amazônia.

⁶A extinção da ferrovia se fez por causa do sucateamento e obsolescência do seu equipamento, agravado, como ocorreu, de um modo geral, com toda a rede ferroviária brasileira, face à prioridade dada, pelo governo do presidente Juscelino, à expansão da indústria automobilística e conseqüente construção de estradas de rodagem em todo o país.

com a BR-010 (Belém-Brasília), põe Ananindeua em acesso rodoviário com o leste e o sul do estado, através também da malha rodoviária estadual dessas regiões. Ananindeua limita-se com o município de Belém, ao norte e a oeste; com o de Benevides, a leste; e ainda com o de Belém, ao sul, tendo o Rio Guamá como divisor natural. Por muito tempo houve uma discussão sobre os limites entre os municípios de Belém e Ananindeua, fixados pela Lei estadual 158, de 31/12/48, depois reafirmados pela lei que reordenou os limites de todos os municípios paraenses (Lei estadual 2.460, de 19/12/61). Assim, nunca houve razões de ordem legal para essa discussão⁷. A sede do município detém as seguintes coordenadas geográficas: 1° 23' 00" de latitude sul e 48° 24' 00" de longitude W. Gr. O município fica entre as coordenadas de 1° 10' e 1° 30' de latitude sul e 48° 10' e 48° 30' de longitude W. Gr. Sua altitude média é de 17 m acima do nível do mar (altitude da sede: 25 m), possuindo um clima

equatorial superúmido, com chuvas abundantes de janeiro a maio, temperatura média compensada de 25,6°C e umidade relativa do ar média de 90%.

Na década de 1960, o estado do Pará sofreu influência da rodovia Belém-Brasília, construída entre 1958 e 1960. Essa rodovia aproximou a economia regional, em especial a do Pará, da economia do resto do país (Sul e Sudeste, principalmente) mas, em contrapartida, aumentou o fosso já existente entre as diferenças regionais e desagregou as frágeis indústrias de Belém, pela facilidade da entrada, na Amazônia, de manufaturados de outras regiões.

Paralelamente, a Belém-Brasília favoreceu o aparecimento de novos núcleos urbanos e um acentuado crescimento demográfico da RMB, face ao intenso fluxo migratório, conforme mostram a Tabela 2 e o Gráfico 1.

Município	1991	1996	2000	TCA 1991-1996	TCA 1996-2000	TCA 1991-2000
Ananindeua	88.151	341.257	392.947	31,1	3,6	18,1
Belém	1.244.689	1.144.312	1.279.861	-1,7	2,8	0,3
Benevides	68.465	28.130	35.350	-16,3	5,9	-7,1
Marituba*	-	49.239	75.448	-	11,3	-
Santa Bárbara do Pará**	-	11.549	11.375	-	-0,4	-

Notas: * Números a partir de 1996, ano em que Marituba se tornou município.

** Números a partir de 1996, ano em que Santa Bárbara se tornou município.

Tabela 2 – População da Região Metropolitana de Belém por município, 1991, 1996 e 2000. Fonte: IBGE, Censos demográficos (1991; 2000). Contagem populacional (1996).

⁷Verificar Figura 1 sobre os limites da Região Metropolitana de Belém.

População da Região Metropolitana de Belém

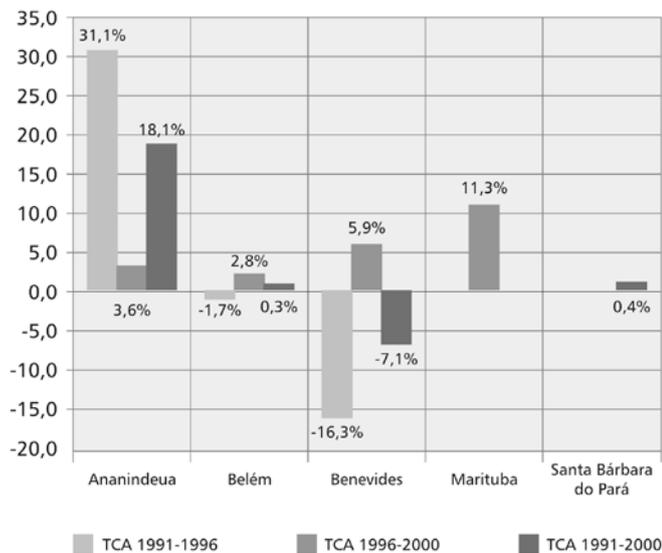


Gráfico1 – Variação da população na Região Metropolitana de Belém por município. Fonte: FIBGE: Censos Demográficos (1991; 2000); Contagem Populacional (1996).

Constata-se nos dados apresentados um adensamento populacional nas décadas de 1960 e 1970 mais restrito ao município de Belém⁸. Até a década de 1960 o centro de Belém já estava consolidado, quando se acelera o processo de verticalização mais intensa, sendo os terrenos de terra firme concentrados nas mãos de pessoas com

maior poder aquisitivo, com equipamentos e serviços urbanos acelerando o processo de valorização urbana e especulação imobiliária. Entre 1950 e 1990 as populações de Belém e da RMB cresceram respectivamente de 255 e 268 mil para 1.099.008 e 1.390.276 milhões de habitantes, como observamos na Tabela 3.

Ano	Belém	RMB
1950	255	268
1990	1.099	1.390

Tabela 3 – População do município de Belém e da Região Metropolitana de Belém em 1950 e 1990 (por 1.000 hab.). Fonte: Instituto de Desenvolvimento Social do Estado do Pará.

⁸Fazem parte do município de Belém as localidades de Vila do Mosqueiro, Vila de Icoaracy, Outeiro, Val-de-Cans e Tenoné.

Cabe ainda acrescentar que cerca de 60 km² de áreas de terra firme da cidade estavam ocupadas por repartições civis e militares, como mostra a Tabela 4.

Instituições	km ²
Universidade Federal do Pará	2,5
Faculdade de Ciências Agrárias do Pará (FCAP)	16,25
Centro Administrativo do Estado	7,61
Áreas Militares e Aeroporto	13,68
Companhia de Saneamento do Pará (Cosanpa)	15,68
Outros	4,28
TOTAL	59,72

Tabela 4 – Extensão das áreas institucionais na Região Metropolitana de Belém. Fonte: Plano de Transporte Urbanos de Belém (PDTU).

Merece destaque na ocupação urbana da RMB as áreas de cotas mais baixas (abaixo de 4,0 metros) e que são sujeitas a inundações a maior parte do ano, as “baixadas”, são áreas próximas aos canais, hoje definitivamente incorporadas à paisagem da cidade, onde se instalaram, depois, os migrantes das décadas de 1970 e 1980, junto com a população local de baixa renda e que se constituem objeto de ações de melhoria de saneamento e de habitação de baixa renda.

2.1.1. Das “baixadas” às “invasões”: a política de remoção e reassentamento e o processo de metropolização da pobreza

O município de Belém possui um relevo similar ao da Região Amazônica, onde se verifica a presença do igarapé, várzea e terra firme. Toda a área urbana está coberta por uma extensa rede de cursos

d’água, porque o município se localiza na confluência da Baía do Guajará com a foz do Rio Guamá. Esses fatores tiveram grande importância no processo de ocupação urbana da RBM, na medida em que as áreas de terra firme foram sendo ocupadas pelas camadas de maior renda, restando somente as áreas alagadas para a população pobre (Figura 2). Essas características geográficas têm papel fundamental na forma como as questões socioespaciais estão imbricadas nas questões habitacionais, bem como na forma como a população de baixa renda busca suprir suas necessidades de moradia na cidade.

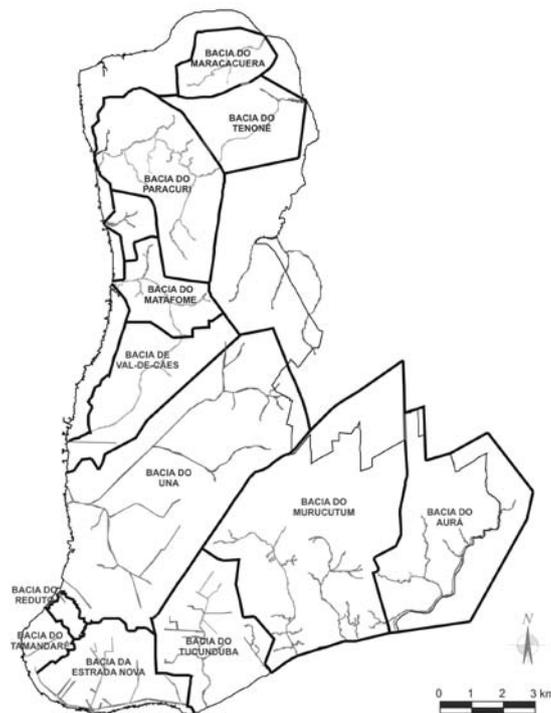


Figura 2 – Bacias hidrográficas no Município de Belém. Fonte: PMB/SEGEP

Entre os anos 1960 e 1990, podem-se indicar três grandes vetores de periferação/metropolização da pobreza, intrinsecamente relacionados à questão da moradia, das lutas e mobilizações pelo direito de morar na RMB, das baixadas às invasões. Constatase uma reprodução simultânea de subespaços físicos e sociais marcados pela segregação e pobreza urbana, entre os quais três se destacam: as baixadas, invasões de terras e conjuntos habitacionais.

Historicamente podem-se indicar dois grandes eixos de ocupação urbana: a BR-316, em direção aos municípios de Ananindeua, Marituba, Benevides e Santa Bárbara, e a rodovia Augusto Montenegro, em direção aos distritos de Icoaraci, Outeiro, Val-de-Cans, Tenoné e Ilhas. As ocupações coletivas da população de baixa renda se articulam ao processo de periferação/metropolização da pobreza, com destaque para três vetores:

- as ocupações coletivas na área central da RMB, basicamente nas chamadas áreas de baixadas restritas ao município de Belém, nas décadas de 1960 e 1970 e, em menor volume, nas décadas de 1980 e 1990;
- as ocupações na chamada área de transição após o centro expandido do município de Belém, formação de bairros com famílias removidas das áreas urbanizadas no centro de Belém;
- a área de expansão urbana no sentido nordeste da RMB, envolvendo primeiramente os municípios de Ananindeua e ilhas e, posteriormente, os demais municípios que compõem a RMB. Em Ananindeua e distritos de Belém (Icoaraci e Outeiro), destacam-se as invasões a conjuntos habitacionais.

2.1.2. As baixadas de Belém e a política de remoção e reassentamento

À medida que os igarapés foram aterrados, surgiram outros bairros compondo a 1ª Léguas Patrimonial. As baixadas atingem cerca de 40% do município de Belém, aproximadamente 550 mil habitantes, quase 38% da população total. A rigor, as baixadas são várzeas, compondo cinco bacias hidrográficas: Una, Reduto, Armas, Comércio e Tuncunduba (Figura 3). São áreas constituídas por terras cujas curvas de nível não ultrapassam a cota de 4,00 metros. É também nessas áreas que ocorrem, nas décadas de 1960 e 1970, os maiores conflitos fundiários e as principais intervenções públicas da política habitacional marcada pelas estratégias de remoção e reassentamento. Pode-se dizer que essas estratégias têm sido o principal objetivo das políticas habitacionais até os nossos dias.

Surgem, então, nesses subespaços, movimentos populares, mobilizações, manifestações mais radicais, atos públicos, manifestos de todos os tipos. As principais reivindicações foram por urbanização, equipamentos coletivos e regularização fundiária. Dentro do município de Belém, os conflitos fundiários em torno da luta pela propriedade das áreas ocupadas sempre foi intensa. Ocupou-se um grande número de áreas alagadas: públicas e de particulares, da Igreja, principalmente áreas da Marinha e da Universidade Federal.

As baixadas surgem como alternativa de moradia da população de baixa renda. Atingem uma extensão de 39,21% do município de Belém, com densidade demográfica de 159,51 (hab/ha), envolvendo uma população total de 765,476 habitantes (IBGE, 1991). São descritas pela prefeitura como áreas de habita-

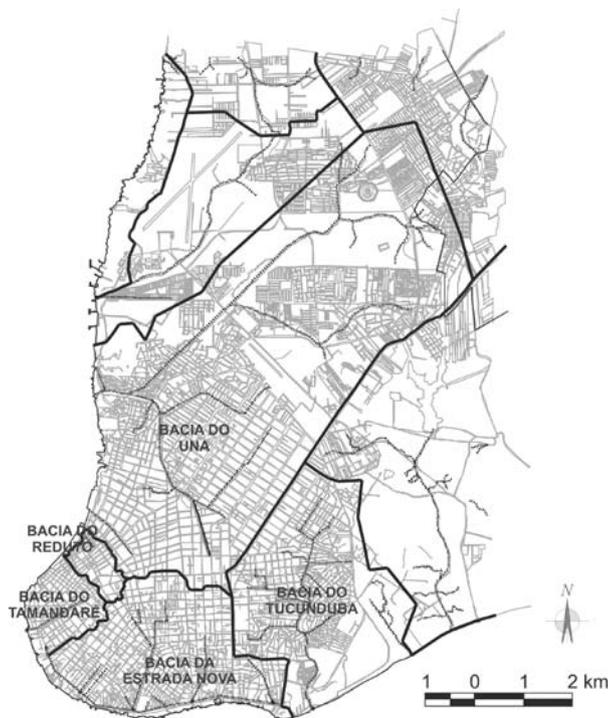


Figura 3 – Bacias urbanas no município de Belém.
Fonte: PMB/SEGEP

ção subnormal, acumulando uma série de carências (Figuras 4 e 5). A circulação e a acessibilidade dos moradores é feita por pontes de madeira, verdadeiras vias, quase sempre em mau estado de conservação devido às chuvas. Por isso, torna-se impossível a implantação de sistema de água e esgoto e de coleta de lixo e ainda de rede de energia elétrica. Com a impossibilidade da coleta de lixo, o mesmo é jogado nos canais, obstruindo-os e comprometendo cada vez mais a qualidade de vida dos moradores, expostos a diversas doenças. Ao lado disso, existe também a carência de equipamentos coletivos, escolas, postos de saúde, postos policiais etc.

As baixadas ou terras alagáveis abrangem praticamente todo o sítio urbano da cidade de Belém. Apresentam uma tipologia originalmente bastante segregada, grande densidade demográfica com base na autoconstrução de moradias (tipo palafitas) em terrenos públicos e/ou impróprios para ocupação edificada. São 28 canais que cortam a cidade de Belém (Figura 3), representando o primeiro vetor de periferização das camadas mais pobres da população. O saneamento básico é a principal carência desta área.

A partir da década de 1980, com os projetos de macro e microdrenagem das bacias hidrográficas, avançou a intervenção das políticas públicas de saneamento e reestruturação urbana das baixadas, acarretando a remoção de seus moradores para áreas mais distantes do núcleo urbano e a oferta de novos espaços infra-estruturados ao mercado imobiliário. Com a falta de investimento em políticas de habitação popular, ampliam-se o déficit habitacional e os conflitos fundiários pela terra de morar. As famílias expulsas das baixadas e os imigrantes de outros municípios encontram na prática das ocupações coletivas terras ociosas, também chamadas de invasões, a alternativa para suprir a carência de moradia, indicando um segundo vetor de periferização da população pobre.

A política de remoção e reassentamento, que permaneceu até o final da década de 1990, tem contribuído para mudar radicalmente a paisagem das baixadas. A intervenção do poder público, através de ações de macro e microdrenagem, em diferentes momentos históricos, contribui para a renovação urbana nestes subespaços.



Figura 4 – Área das baixadas de Belém. Fonte: Foto de Vitória Paracampo (2000).



Figura 5 – Condições de habitação em áreas de baixadas em Belém. Fonte: Foto de Ana Carolina Holanda (2000).

2.1.3. As invasões em Belém e Ananindeua e a política de urbanização e regularização fundiária

O crescimento urbano acelerado no município de Ananindeua, nas décadas de 1980 e 1990, deveu-se principalmente ao movimento organizado⁹ das ocupações coletivas, atingindo a maior taxa de crescimento populacional da RMB, cerca de 16%, enquanto Belém

cresceu somente 1,7%. Na década de 1990, a prática de ocupações coletivas se ampliou para os municípios próximos, levando à reconfiguração espacial da RMB, mas permanecendo a lógica de periferização e metropolização da pobreza (Figura 6).

⁹Não se trata de um movimento de ocupação espontâneo, família à família, como ocorreu com as baixadas de Belém nas décadas de 60 e 70. A prática de ocupações coletivas desenvolvida nas décadas de 80 e 90 se configuram como movimentos organizados por grupos sociais de diferentes interesses, políticos, especulativos ou necessidade de moradia. São áreas, na sua maioria, de propriedade do poder público, distante dos núcleos urbanos, acumulando praticamente as mesmas carências das baixadas. Em toda a RMB, são cerca de 400 áreas de ocupação atingindo quase 30% da população total.



Figura 6 – Desmatamento provocado pelas invasões em Ananindeua. Fonte: Aerofoto CODEM (1998).

Das baixadas às invasões se reproduzem espaços de desigualdades socioespaciais, de segregação residencial da população pobre, assim como o agravamento do problema da falta de saneamento básico, com implicações na qualidade de vida dos seus moradores.

Dentro da trajetória de ocupação urbana da RMB, as baixadas de Belém se destacaram como um dos primeiros vetores de apropriação do espaço urbano pelas classes populares para suprimento da necessidade de moradia. Os conflitos urbanos/fundiários, nos anos de autoritarismo das décadas de

1960 e 1970, emergiram, principalmente, das baixadas de Belém nos diversos bairros da 1ª Léguas Patrimonial, onde começaram a ser organizados processos de mobilização coletiva pelo direito de morar, como parte da luta mais ampla pelo resgate da cidadania e da democracia.

Constata-se, assim, um quadro geral de grande carência e de precariedade das condições de vida da população residente nas áreas de baixadas, caracterizando-se como subespaços de segregação sócio-ambiental. Embora o fluxo migratório relacionado à ocupação das baixadas tenha sido mais intenso nos anos 1960 e 1970, a produção do espaço urbano em Belém está estreitamente relacionado à ocupação dessas áreas pela população pobre. As áreas de baixadas estão restritas aos bairros da 1ª Léguas Patrimonial, mais próximas ao centro da cidade e da RMB, onde há a maior concentração dos serviços e equipamentos coletivos, apresentando uma grande densidade populacional.

As baixadas ocupam cerca de 40% da porção urbana do município de Belém e têm aproximadamente 550.000 habitantes, correspondente a 38% da população. Dentre esses, 34% moram em áreas alagadas, como pode ser verificado na Tabela 5, em que essas áreas aparecem distribuídas pelos bairros.

Nota-se, no entanto, que a paisagem urbana das baixadas sofreu várias modificações nas últimas décadas, em função da ação das políticas públicas urbanas e dos movimentos de bairros e seus moradores. A partir do crescimento da cidade, houve a necessidade de criação de vias de transporte, acarretando a in-

Bairro	Extensão em hectares	Área alagável	%
Condor	170	170	41,24
Jurunas	226	192	84,96
Terra Firme	443	371	83,75
Sacramento	367	251	68,39
Telégrafo	231	154	66,67
Guamá	395	231	58,48
Fátima	61	32	52,46
Cremação	149	77	51,68
Reduto	79	38	48,10
Cidade Velha	116	49	42,24
Batista Campos	144	50	34,72
Canudos	66	19	28,79
Umarizal	250	69	27,70
Pedreira	371	87	23,45
São Braz	167	26	15,57
Comércio	103	14	13,59
Marco	480	47	9,79
Marambaia	421	45	1,07
Souza	380	05	0,13
Nazaré	150	-	-
TOTAL	4.768	1.880	39,43

Tabela 5 – Bairros do município de Belém e suas áreas alagáveis.
Fonte: Prefeitura Municipal de Belém / Companhia de Desenvolvimento e Administração da área Metropolitana de Belém.

corporação das áreas baixas ao conjunto urbano de Belém e a consolidação dos contrastes urbanos no município. Durante a década de 1980, ocorreu um maior adensamento populacional nas áreas centrais de Belém através da verticalização, um processo que

se ampliou para as áreas de baixadas próximas, saneadas e valorizadas com os investimentos públicos e privados, garantindo maior estoque de terras infra-estruturadas ao mercado imobiliário local.

3. Ações de política habitacional no setor formal da RMB

3.1. Política habitacional no Brasil

A questão habitacional no Brasil remonta a uma trajetória problemática de razões estruturais, políticas e econômicas. Valença (2001) faz uma revisão histórica das políticas habitacionais desenvolvidas pelos sucessivos governos brasileiros desde o final do período militar até o final dos anos 1990, traçando observações classificadas como de dissolução do modelo nos finais dos anos 1970 até o caos instalado na década de 1980. A partir de 1986 com o fechamento do BNH, alternam-se períodos de apatia e confusão.

Com o fechamento do BNH, a política habitacional é deixada de lado, embora o SFH continue ainda operando minimamente, sendo criada a Secretaria Especial de Ação Comunitária, ligada diretamente à Presidência, numa demonstração de clientelismo e uma política habitacional acéfala e sem normas claras. Com o governo Collor, (1990-92) o confisco de valores depositados em cadernetas de poupança por 18 meses prejudica seriamente o SFH, e instala-se o que Valença chama de confusão. O Ministério da Ação Social, através da Secretaria Nacional de Habitação, torna-se o órgão operador a CAIXA, lança programa habitacional

para a área social, mas, devido à grande participação da iniciativa privada, muitas unidades habitacionais produzidas não haviam sido comercializadas até 1994 (preço incompatível com público-alvo). A partir de 1992, recessão e comprometimento do FGTS, paralisam aprovações para projetos de habitação.

A apatia volta com o governo Itamar Franco (1993-94), período marcado pela administração da crise e reforma da CAIXA. No primeiro governo FHC (1995-98) ocorre a criação da Secretaria de Política Urbana (SEPURB), que, junto ao Ministério do Planejamento e Orçamento, propõe e administra a política habitacional, tendo como órgão executor a CAIXA, os principais programas são: Pró-Moradia, Pró-Credi e PAR (operação dos sistemas de caderneta de poupança e FGTS) cujas aplicações na RMB serão comentadas a seguir. Sobre os programas, Valença faz uma reflexão acerca da mudança de paradigma adotado pela política habitacional. As políticas anteriores tinham, como eixo principal da ação do governo, a produção de moradias; entretanto, o presidente FHC deixou de lado a produção e deu ênfase ao conceito de consumo de habitação. Desde o início do mandato, FHC privilegiou soluções de mercado em detrimento das políticas sociais. Na área habitacional, sua atuação se restringiu a operar, segundo as leis, os sistemas de cadernetas de poupança e FGTS.

3.2. Retrospectiva de ações da política habitacional na Região Metropolitana de Belém

Entre 1966 e 1986, a Companhia de Habitação do Pará (Cohab/PA) construiu 19.190 casas para a

população de baixa e média renda no estado – mercado popular. Em Ananindeua, as primeiras 118 unidades foram feitas em 1972, e o volume maior das construções, no período de 1977 a 1986. Daquele total, 16.004 casas (83%) foram construídas em Ananindeua. Depois de Ananindeua, Belém foi o município que mais se beneficiou com as construções da Cohab/PA, com 1.200 casas em Icoaraci e 1.542 na Marambaia. Por sua vez, a Caixa Econômica Federal – mercado econômico – construiu na RMB 8.672 unidades, sendo 3.566 casas (2.234 em Ananindeua) e 5.106 apartamentos (384 em Ananindeua).

Nos períodos assinalados, das 31.921 unidades habitacionais construídas pela Cohab/PA e CAIXA, na RMB, 59% delas, isto é, 19.059 se localizaram em Ananindeua. Na mesma época, o Sistema Financeiro de Habitação (SFH)¹⁰ financiou em todo o Pará aproximadamente 100 mil unidades habitacionais, longe ainda de atender ao déficit habitacional do estado. Segundo estimativas levantadas pela Cohab/PA (1990), em 1994, o déficit total era de

1.430.000 unidades (890.000, déficit quantitativo, e 540.000, déficit qualitativo)¹¹; de Belém, será de 170.000 unidades (115.000, déficit quantitativo, e 55.000, déficit qualitativo); de Ananindeua, de 31.000 unidades (20.000, déficit quantitativo, e 11, déficit qualitativo).

3.3. Programas implementados em Belém entre 1996 e 2001

Conforme é possível observar no Quadro 1 e nas Figuras 7 e 8 onde aparecem os resultados da coleta de dados efetuada nos órgãos responsáveis por ações na área habitacional, há registros de dois agentes principais, o Governo do Estado e a Prefeitura Municipal de Belém. No nível estadual, destaca-se a Cohab, enquanto no nível local apenas a Prefeitura Municipal de Belém possui informações dentro de sua estrutura organizacional¹², tendo inclusive diversos órgãos constituídos no período em estudo como parte de um processo inicial visando a municipalização da política habitacional.

¹⁰O setor habitacional do Pará é atendido pela Cohab/PA (mercado popular), que atua na faixa de interesse social de famílias com renda entre um e 10 salários mínimos; pelo Instituto de Previdência de Estado do Pará e Caixa Econômica Federal (mercado econômico) e pelos agentes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimos (SBPE), tais como Econômico, Bradesco, Banpará e Socilar (mercado médio).

¹¹Déficit quantitativo: necessidades de novas moradias para atender às famílias que não dispõem de habitações; déficit qualitativo: necessidades de substituição das moradias que estão em precárias condições de habitabilidade, sem nenhum serviço básico (Cohab/PA, 1990).

¹²A estrutura organizacional da Prefeitura Municipal de Belém (PMB) em 2001 era formada por dez secretarias, cinco fundações, três companhias, três autarquias, duas agências distritais e uma administração regional, além da chefia de Gabinete do Prefeito, a Guarda Municipal e a Coordenadoria de Comunicação Social. Em 1994, foi regulamentado o Sistema Municipal de Planejamento e Gestão, composto dos seguintes órgãos: 1) de planejamento: Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (Segep), Núcleos Setoriais de Planejamento (Nusp) e Núcleos Regionais de Planejamento (Nurp); 2) de gestão: os órgãos setoriais da administração direta e indireta, as administrações regionais e os conselhos: Conduma, conselhos setoriais e conselho regionais (Ibam, 1999).

Programa / ação	Instituição promotora	Natureza da provisão	Casos (localização)
PRÓ-MORADIA Programa da CEF para o setor público habitacional que objetiva o desenvolvimento de ações integradas e articuladas com outras políticas setoriais. É implementado por meio da concessão de financiamentos com recursos do FGTS aos estados, Distrito Federal, municípios ou órgãos das respectivas administrações direta e indireta	Secretaria Municipal de Habitação (Sehab)	Projeto de Urbanização	Eduardo Angelim I, II e III (Icoaraci-Belém) Jardim Bom Futuro (Bengui-Belém) Laranjeiras (Jurunas-Belém) Malvinas (Sacramenta-Belém) Morada de Deus I, II (Icoaraci-Belém) Nova Belém I, II (Tenoné-Belém) Radional II (Jurunas-Belém) Raimundo Jinkings (Tapanã-Belém) São Gaspar (Tapanã- Belém)
	Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab)	Infra-estrutura em novos loteamentos e áreas invadidas	Jardim Bela Vista (Belém) Res. Carneirinho (Belém) CDP I e II(Belém) Res. Marituba I (Marituba) Res. Nova Jerusalém (Ananindeua) Res. Tenoné (Belém)
Recuperação e/ou complementação de infra-estrutura dos conjuntos do Plano PAIH		Cj. Verdejante I, II, III e IV (Marituba) Cj. Carnaúba (Ananindeua) Cj. Grajaú (Ananindeua) Cj. Saint-Clair Passarinho (Ananindeua) Cj. Xingu (Ananindeua) Cj. Bela Manoela I e II (Belém) Cj. Raimundo C. Gaspar (Santa Izabel) Cj. Campos Elíseos (Castanhal) Cj. Izabel Flambot (Castanhal) Cj. Novo Horizonte (Castanhal)	
PRÓ-CRED Programa da CEF para a implantação de conjuntos habitacionais utilizando como sistema de pagamento a chamada carta de crédito	Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab)	Implantação de conjuntos habitacionais para servidores públicos estaduais com renda entre 6 e 20 s.m.	Res. Araçari (Ananindeua) Res. Fernando Guilhon (Belém) Res. Jaçanã (Belém) Res. José Homobono I (Belém) Res. Ulysses Guimarães (Belém) Res. Xavante I, II e III (Belém)
PAR (Programa de Arrendamento Residencial) Programa da CEF em convênio com governos estaduais e municipais para a produção de unidades habitacionais através de compra do terreno e projeto com posterior arrendamento residencial	Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab)	Implantação de conjuntos habitacionais para servidores públicos estaduais até 5 s.m.	Res. Anísio Teixeira (Belém) Res. Enéas Resques (Belém)

Programa / ação	Instituição promotora	Natureza da provisão	Casos (localização)
Habitar-Brasil Programa realizado com os recursos previstos no contrato de empréstimo n. 1126 OC/BR, firmado entre a União Federal e o BID, com o objetivo de intervir em assentamentos subnormais	Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab)	Infra-estrutura em novos loteamentos	Ariri- Bolonha (Belém) Sabiá (Ananindeua) Beija-flor (Marituba) Uirapuru (Ananindeua)
		Infra-estrutura em áreas invadidas	Paracuri II (Icoaraci-Belém) Roraima - Amapá (Ananindeua) Canarinho (Belém) Rouxinol (Castanhal)
		Construção de equipamentos urbanos	Marambaia I e III (Belém) CDP I e CDP II (Belém)
	Prefeitura Municipal de Belém (PMB)	Infra-estrutura e lotes urbanizados	Riacho Doce (Guamá-Belém)
Morando Melhor Projeto da Sehab em parceria com ONGs para financiar sem juros material necessário à realização de pequenas obras de reforma, construção ou recuperação de habitações de famílias com renda mensal de um a três salários mínimos	Secretaria Municipal de Habitação (Sehab)	Empréstimo para a melhoria das condições habitacionais	Vila da Barca (Telégrafo-Belém) São Gaspar (Tapanã-Belém)
Regularização fundiária mediante regularização urbanística	Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (Codem)	Regularização Fundiária	Aldo Almeida (Tapanã-Belém) Parque União (Tapanã-Belém) 9 de Fevereiro (Belém)

Quadro 1 – Projetos habitacionais na Região Metropolitana de Belém – 1996-2001

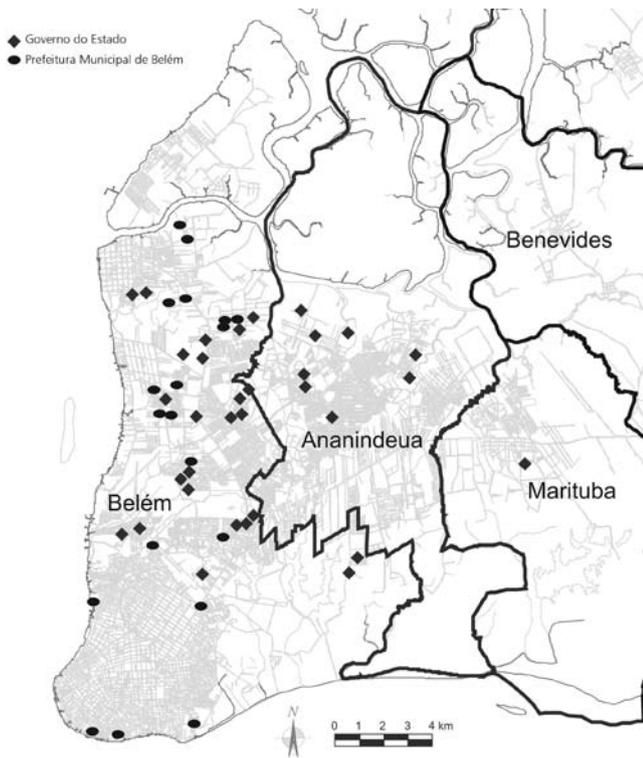


Figura 7 – Intervenções da política habitacional na Região Metropolitana de Belém segundo agente promotor.
Fonte: PMB/COHAB

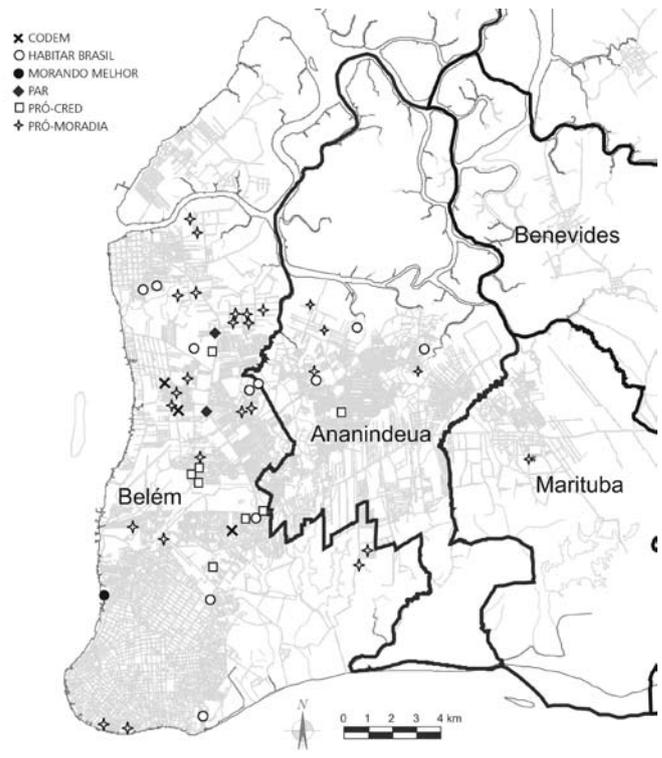


Figura 8 – Intervenções da política habitacional na Região Metropolitana de Belém segundo programa governamental.
Fonte: PMB/COHAB

Em 1998, a estrutura e as responsabilidades dos órgãos da PMB relacionadas com o setor de habitação e desenvolvimento urbano foram estabelecidas em seis unidades administrativas com atuação mais direta: Sehab, Seurb, Sesan, Saaeb, Codem e Segep. E outras em que a ação habitacional aparece como componente de suas intervenções: Funverde, Cinbesa e Funpapa (Quadro 2).

A Codem é responsável pela urbanização de áreas mediante convênio com terceiros, e pela atuação como agente promotor no planejamento e execução de obras ou serviços financiados com recursos do FGTS/OGU. Essa atribuição deveria ser repassada à Sehab, como órgão responsável pela política habitacional.

Órgão	Funções
Secretaria Municipal de Habitação (Sehab)	<ul style="list-style-type: none"> - Criada em 1998, seria responsável pelo "planejamento, coordenação, execução, controle e avaliação das atividades da política de habitação no Município" (Ibam, 1999, p. 5) - Enfrenta dificuldades em se estabelecer como a efetiva responsável por este setor porque as ações da política habitacional eram divididas anteriormente entre vários órgãos da prefeitura - Responsável pela fiscalização de obras de assentamento e habitação
Secretaria Municipal de Urbanismo (Seurb)	<ul style="list-style-type: none"> - Criada em 1992, tem como competência "o planejamento urbano: planejar, executar e conservar as obras públicas; analisar, aprovar e fiscalizar projetos de obras civis, parcelamento e uso do solo; e, ainda, controlar e preservar o meio ambiente geral, inclusive o patrimônio arquitetônico, histórico e artístico" (idem, p. 7). - Responsável pela elaboração e fiscalização de projetos de desenvolvimento urbano e pela aplicação da legislação urbanística - Emite licenciamentos para construções e loteamentos
Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan)	<ul style="list-style-type: none"> - Responsável pela elaboração e fiscalização dos projetos de saneamento resíduos sólidos, drenagem urbana e sistema viário - Assume o planejamento, a execução, a coordenação, o controle e avaliação da política de saneamento básico e a administração do sistema viário do município
Serviço de Abastecimento de Água e Saneamento de Belém (Saaeb)	<ul style="list-style-type: none"> - Responsável das atividades administrativas e técnicas que se relacionem com os serviços públicos de água e esgotos, tem tido uma atuação em algumas áreas específicas dentro do município.
Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (Codem)	<ul style="list-style-type: none"> - Criada em 1971 com a responsabilidade básica da administração das terras do município, ou seja, a regularização fundiária. É a coordenadora da elaboração do mapa básico aerofotogramétrico e do cadastro multifinalitário. - Possui o pleno domínio de 65% das terras municipais (sistema enfitêutico), os outros 35% são áreas sob a jurisdição da União
Companhia de Informática de Belém (Cinbesa)	<ul style="list-style-type: none"> - Responsável por tratar de dados e informações referentes ao planejamento, especialmente dados financeiros, orçamentários e imobiliários (ainda existem dificuldades ao acesso destes dados).
Secretaria Municipal de Coordenação Geral do Planejamento e Gestão (Segep)	<ul style="list-style-type: none"> - Regulamentada em 1994 tem por finalidade "o planejamento, a coordenação e a gestão da política global do desenvolvimento para o Município" (idem, p. 10). A direção desta unidade vem se esforçando e desenvolvendo medidas para trabalhar com suas competências efetivas. - Articuladora das ações da administração municipal com outros níveis de governo, tem a superposição da atribuição estabelecida para Codem, "subsidiando o processo de planejamento, supervisão e controle das atividades desenvolvidas pelos órgãos da PMB e entrosamento com Órgãos Federais, Estaduais e Municipais atuantes na área" (idem, p. 11).

Quadro 2 – Órgãos da PMB envolvidos com programas e ações na área da habitação – 2001

A Seurb e a Sesan elaboram os projetos de desenho urbano e/ou arquitetônicos e também realizam a fiscalização de obras. Caso o projeto envolva mais de um órgão, a fiscalização também se desdobra entre os órgãos envolvidos, ou de forma setorial. Com esta forma de trabalho, pode haver a sobreposição de ações, pois os projetos são acompanhados pela população através da Comissão de Fiscalização de Obras (Cofis). Segundo o Ibam (1999), com a inserção da Sehab em 1998, deveria ter havido uma revisão das funções entre os órgãos envolvidos, a fim de promover a readequação de competências.

Devido a problemas de recursos humanos, de forma diferenciada pelas unidades administradoras (Segep, Cinbesa, Codem), muitas ações, especialmente nos setores habitacionais, de saneamento e de desenvolvimento urbano, são executadas em conjunto. No entanto, o desenvolvimento dos projetos é realizado através de contratações de terceiros, sob a forma de consultoria ou prestação de serviços, restando às unidades o cargo de coordenadora. Com isso, a Sehab possui o papel de coordenadora dos programas e estudos de caso.

Dentre outros problemas, o trabalho do Ibam (1999) menciona dificuldades de atuação, principalmente na área de recursos humanos, organização de competências, aparelhos de informática. Acrescenta ainda que o nível de informatização dos órgãos encontrava-se desatualizado e o acesso entre as próprias unidades era restrito, porém havia uma rede privativa visando ao controle financeiro (já existente na gestão anterior), que disponibilizava dados da execução orçamentário-financeira.

As ações tomadas pela PMB, desde 1997, foram encaminhadas a partir do Congresso da Cidade, que procurava a integração das ações municipais com a participação popular. Em 2001 (primeiro ano do segundo mandato do Partido dos Trabalhadores - PT - em Belém), o Congresso da Cidade trouxe uma série de inovações para a administração local como forma de dar continuidade ao processo de participação popular iniciado no primeiro mandato com o orçamento participativo (Frente Belém Popular, 2000).

Desse modo, com a criação de equipes interdisciplinares, surgiram alguns conflitos na execução destas ações, como a falta de conhecimento da legislação urbanística, ocasionando contratemplos na realização dos projetos que geralmente precisavam ser reformulados para atenderem às regulações, além da falta de coordenação sobre as decisões tomadas no orçamento participativo. Outro problema destacado foi a falta de disponibilidade técnica dos órgãos que resultava em poucos técnicos em muitos programas, desqualificando o tratamento e o andamento dos projetos.

3.4. Ocupações ilegais

Dadas as limitações de abrangência e de resolução do problema habitacional dentro do setor formal na RMB. O processo de ocupações coletivas visando a solução de moradia tornou-se bastante evidente na RMB durante a década de 1990. O problema da moradia se agravou em Belém, nas últimas décadas, face ao constante aumento dos preços das terras urbanas dos aluguéis e dos baixos salários e também pela falta de investimento público (setor ha-

bitacional) para a faixa salarial de até cinco salários mínimos. Assim, as classes populares foram, cada vez mais, levadas a ocupar áreas ociosas nas periferias de Belém, fato que, a partir do final da década de 1970, ganhou maior expressão, não só local, como nacional, porque essa ocupação não se fez mais de forma parcelada, passou a ocorrer em meio a choques com o aparato policial acionado pelos proprietários das terras urbanas. Essas ocupações coletivas de terras para moradia passaram a representar um foco de resistência da sociedade civil frente ao autoritarismo, envolvendo centenas de famílias, que, na época, de forma organizada e coletiva, ergueram suas casas e conquistaram o direito de morar.

As ocupações coletivas de áreas não ocupadas e de conjuntos habitacionais se deram mais acentuadamente em Ananindeua, onde se localizam cerca de 77% das áreas de terras desapropriadas, no Estado, e ainda, aproximadamente 55% das áreas não desapropriadas (Figura 9). É preciso ressaltar que muitas dessas ocupações ocorreram próximo aos conjuntos habitacionais, cujas estruturas físicas e equipamentos urbanos, principalmente o transporte coletivo, motivaram essa preferência. Isso se deu, com mais intensidade, em Ananindeua, conforme se observa nas Figuras 7 e 8.

Também contribuiu para esse avanço, rumo a Ananindeua, a urbanização das baixadas de Belém, na

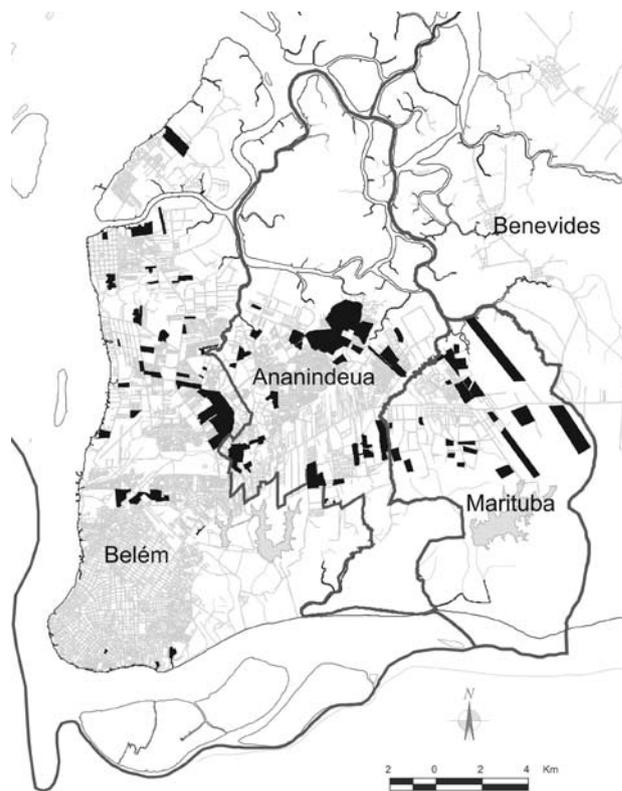


Figura 9 – Ocupações ilegais na Região Metropolitana de Belém.
Fonte: COHAB - PA

década de 1980, resultando na valorização do solo urbano, através dos projetos de macrodrenagem, principalmente, os das Bacias do Una e Tucunduba (Figura 2), bem como do projeto Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (Cura)¹³.

¹³O Cura é um projeto de serviço integrado de urbanização, incluindo sistema viário, calçamento, áreas de lazer, pequena parte de macrodrenagem etc., beneficiando os bairros do Marco e Pedreira.

Em Belém, a prática de ocupações coletivas de terras para moradia se legitimou nas contradições do contexto da realidade urbana, imprimindo inúmeras transformações nas relações entre Estado e classes populares. As lutas pela moradia, que emergiram dessa prática de ocupações coletivas, se politizaram como fatores de reorganização no resgate da cidadania, colocando o urbano como espaço socialmente produzido na correlação de forças da sociedade e gerando mobilizações de diferentes atores sociais.

A partir da metade da década de 1980, acelerou-se o movimento das ocupações coletivas, dirigindo-se em dois eixos básicos: via BR-316 e Rodovia Augusto Montenegro. As famílias expulsas das baixadas urbanizadas de Belém e os imigrantes de outros municípios e estados passaram a ocupar áreas de terras ociosas na 2ª Légua Patrimonial da RMB. Intensificaram-se as ocupações de terras, e o poder público não removeu a população, nem investiu em desapropriações, o que resultou no agravamento das questões socioambientais].

Muitos dos conjuntos habitacionais construídos e não concluídos dentro da 2ª Légua Patrimonial foram ocupados por posseiros, que conseguiram permanecer em virtude da intermediação do Estado na desapropriação e negociação juntas às construtoras. Em 2001 havia registro de 21 conjuntos habitacionais ocupados por posseiros na RMB, todos com processos judiciais de desapropriação em andamento. A Tabela 6 abaixo mostra o universo de unidades comercializadas na década de 1990.

Imóveis	Unidades	%
Comercializados	1017	19,45
Ocupados	4213	80,55

Tabela 6 —Demonstrativo de imóveis comercializados e ocupados – Região Metropolitana de Belém – década de 1990. Fonte: Cohab (1999); CAIXA (s.d.).

Em 1993, quando ocorreu a ocupação dos conjuntos habitacionais, o processo de construção em alguns conjuntos encontrava-se em fase de conclusão e abandonado pelas construtoras. O primeiro conjunto ocupado foi o Verdejante (Figura 10).



Figura 10 – Conjunto Verdejante. Fonte: Foto de Vitória Paracampo (2000).

No ato da ocupação de alguns conjuntos, a polícia de choque foi acionada para retirar os ocupantes, havendo violência e repressão. A maioria dos conjuntos ocupados fazia parte do plano PAIH, ainda em conclusão em Ananindeua: (Tauari, Verdejante I, II, III, IV, Xapuri, Mururé, Xingu, Icui-Guajarará e Oásis)

e em Belém (Vila Sorriso I e II, Sevilha, Ana Fabiana, Zoe Mota Gueiros). Estavam concluídos: Carnaúba, Grajaú, Nova Marituba e Antônio Gueiros.

O conjunto Sevilha, constituído de 960 apartamentos, encontrava-se desprovido de infra-estrutura e saneamento básico. A maioria dos blocos não possuía janelas, portas; as escadas eram improvisadas com madeira, com alto grau de periculosidade. A energia era suprida por “gatos”, com risco de acidentes devido ao emaranhado de fios elétricos. No caso da Vila Sorriso, praticamente, a própria população construiu algumas casas, passando pelas mesmas dificuldades do conjunto anteriormente citado.

O conjunto Oásis, um empreendimento construído para a classe média alta, foi ocupado pela Polícia Militar, demonstrando, assim, que o poder público não paga um salário digno que permita a seus funcionários adquirir casa própria. A ocupação desse conjunto realizou-se de forma organizada e foi planejada seis meses antes pelos ocupantes. No caso do Nova Marituba e do Caranaúba, quando ocorreu a ocupação dos imóveis, os proprietários já residentes e outros que, embora não estivessem morando no conjunto, pagavam prestações abandonaram seus imóveis e ocuparam outros porque não achavam justo pagar mensalidades, enquanto outros ocupantes moravam de graça.

Constata-se que, quando ocorreu o processo de ocupação, algumas unidades em vários conjuntos já haviam sido comercializadas, conforme mostra a Tabela 6. O percentual de comercialização, em relação ao de ocupação, foi baixo – 19,45% foram comer-

cializados e 80,55%, ocupados. Dentre os conjuntos comercializados, o Verdejante foi o que mais unidades vendeu, com um total de 16,58% e, conseqüentemente, por ser o conjunto com o maior número de unidades, foi também o de mais elevada ocupação. O Vila Sorriso foi o que menos unidades negociou: somente um.

4. Projetos habitacionais na RMB, estudos de caso

4.1. O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una

O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una é um empreendimento do governo do Estado, com a participação da prefeitura municipal, com a finalidade de recuperar as baixadas do Una, através “da execução de diversas obras de drenagem pluvial necessárias para solucionar os graves problemas de inundações que ocorrem numa área de 798 ha, correspondente à região alagada da bacia hidrográfica do Una, onde vivem atualmente cerca de 160.000 pessoas de baixa renda” (Projeto Una, 1999).

Um dos principais objetivos do programa é eliminar o alagamento com a realização de obras de melhoramento e/ou abertura de sistemas de saneamento, vias e limpeza urbana, assegurando à população melhores condições de saúde, habitação, transporte e demais serviços de consumo coletivo.

A bacia do Una ocupa uma área de 3.664 ha, que corresponde a 60% da área de Belém, compre-

endendo uma porção de terra que se prolonga desde a Baía do Guajará até áreas de ocupações mais recentes próximas à Rodovia BR-316 e Av. Augusto Montenegro, o restante pertence às demais bacias. Além desses aspectos, as baixadas da Bacia do Una se constituem num espaço de precária qualificação urbana, entre outros fatores, por causa da ausência, em grande parte de suas áreas, dos principais serviços de consumo coletivo.

A Bacia do Una compreende 11 bairros - Telégrafo, Umarizal, Nazaré, Sacramento, Pedreira, Fátima (ex-Matinha), São Brás, Marco, Souza, Marambaia e Bengüi. Em sua área de influência vivem mais de 500 mil pessoas, 1/3 dos habitantes de Belém. Dos 11 bairros compreendidos pela bacia, nove já foram atingidos pelo projeto, com exceção dos bairros de Nazaré e São Brás. Ao final do projeto, 4.824 famílias serão desapropriadas e 2.780 serão remanejadas.

Evidentemente que os 798 ha de área alagada não se apresentam de forma homogênea no interior da bacia. Os terrenos alagados são determinados, basicamente, pela localização dos cursos d'água (igarapés e canais). Desta forma, a recuperação dessas áreas requer obras específicas, de acordo com as características e natureza da região. De acordo com o Projeto Una (1999).

Serão implementadas através do Projeto obras de retificação dos igarapés e revestimento de suas margens; obras de microdrenagem com execução de sarjetas, caixas captadoras de águas pluviais, redes coletoras e demais dispositivos; obras de implantação de sistemas de abastecimento de água e esgo-

tamento sanitário; ampliação da coleta e remoção de lixo; implantação de sistema viário compatível e equipamentos comunitários importantes e necessários, além de outras.

O projeto tem como fonte de financiamento, além do governo do Estado, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O custo total para urbanizar a Bacia do Una está estimado em US\$ 225 milhões, dos quais US\$ 145 milhões equivalem aos recursos externos e US\$ 80 milhões aos recursos adicionais.

Institucionalmente o projeto de macrodrenagem dividiu suas responsabilidades de atuação entre o governo do Estado e a Prefeitura, cabendo ao Estado a gerência do projeto, além das subgerências financeira, jurídica, de água e esgoto. À PMB coube a subgerência de relocação, drenagem e sistema viário.

Quanto à participação popular no projeto, estava vinculada ao momento de efervescência dos movimentos sociais, quando a mobilização pelo projeto agregou grupos da década de 1970. Na década de 1980, consolidou-se, a partir do Decreto Estadual 799 de 08/05/1992, tomando a forma institucionalizada de um comitê assessor (Quadro 3), legitimamente constituído por membros do governo, PMB, sociedade civil organizada, representantes das sete sub-bacias e a empresa consultora do projeto (Souza, 1998).

Ao comitê assessor cabia assessorar a gerência geral do projeto em relação às preocupações da comunidade, servir como órgão de consulta em relação ao desenho e urbanização dos lotes, verificar o cumprimento do código de normas mínimas de autoconstrução na produção das casas, escolas, parques e outra in-

Instância		Número de representantes
Poder Público	Governo Estado	Sectam (1 representante)
		Sespa (1 representante)
		Asipag (1 representante)
	Prefeitura Belém	Sesan (2 representantes)
		Codem (1 representante)
		Sesma (1 representante)
Sociedade Civil	Subáreas (7 representantes)	
	Sopren (1 representante)	
	Abes (1 representante)	
Consultoria	Leme Engenharia (1 representante)	

Quadro 3 – Composição do comitê assessor do Projeto de Macrorenagem da Bacia do Uma.
Fonte: Souza (1998).

fra-estrutura, promover ações de educação ambiental e deliberar sobre outras matérias de interesse direto da comunidade. Cabia também ao comitê promover campanhas de conscientização dos moradores para evitar a especulação imobiliária, através do exame de informações relativas aos custos imobiliários na área do projeto, assim como aprovar o Plano de Reassentamento das famílias que deveriam ser remanejadas como resultado das obras do projeto.

Para a execução do projeto, era necessário um número significativo de remanejamentos, estando prevista a indenização de todos os imóveis desapropriados. O valor das indenizações foi determinado por um levantamento socioeconômico e físico-territorial, através de visita às unidades habitacionais a serem remanejadas. Com o levantamento, os técnicos do projeto pretendiam conhecer a realidade social e econômica da população diretamente atingida, bem

como identificar as características dos imóveis a serem remanejados.

Assim, o valor real de cada unidade foi determinado “com base na determinação do custo de reprodução e fatores da depreciação representada pelo uso e pela deterioração decorrente da não conservação” (Projeto Una, 1999). Porém é importante ressaltar que, para determinar o valor da indenização, leva-se em conta, ainda, a natureza do remanejamento. Se for total, o valor da indenização é igual ao valor calculado do imóvel. Se parcial ou com a necessidade de recuo da edificação, o valor da indenização varia.

Além da indenização e do lote, os usuários de imóveis remanejados totalmente teriam a opção de receber um lote de terra na bacia. Da mesma forma, lotes seriam viabilizados para serem ocupados por remanejados, que poderiam ainda dispor do material do imóvel demolido, ou parte deste. Para viabilizar

o transporte do material para o novo lote, no caso do remanejamento total, os usuários receberiam “o apoio de entidades com caráter de ação social”, além de “acomodações para a família remanejada durante o período de reconstrução do imóvel, etc.” (ibid.).

4.1.1. O Plano de Reassentamento no Projeto de Macro-drenagem da Bacia do Una

A macrodrenagem prescindia de áreas infra-estruturadas para assentamentos de famílias. O maior impacto causado, neste tipo de intervenção no espaço urbano, dá-se pelo processo, muitas vezes necessário, de remanejar famílias para possibilitar a execução das obras previstas. No projeto de macrodrenagem, os remanejamentos se fizeram necessários para as obras de retificação dos canais e aberturas de novas vias.

A realização de remanejamentos estava sujeita a preocupações constantes de uma lista elaborada pelo Banco Mundial sobre os riscos de “pauperização, presentes em projetos que demandam remanejamento e reassentamento” (Gabriele, 1998, p. 317), listados a seguir:

- desapropriação fundiária;
- perda do trabalho remunerado;
- perda da casa/moradia – principalmente os que são inquilinos;
- marginalização – com a mudança pode ocorrer a inferiorização da situação econômica e do status social, devido à localização do novo assentamento;
- aumento do nível de mortalidade – principalmente entre crianças e idosos, provocado por stress, trau-

mas, separação e por doenças no novo local provocadas pelo nível de saneamento;

- insegurança alimentar – até que se recomponha o sistema de produção;
- perda do acesso a bens de domínio público (o que algumas vezes pode funcionar como fonte de renda) – como rio, área de bosque;
- desarticulação social – destruição da coerção social e das relações informais de crédito.

Baseado nestes pressupostos, elaborou-se o Plano de Reassentamento, cuja principal determinação foi que a distância máxima entre o local de origem e o destino seria de até 1,5 km. Isto, porém, acabou não se concretizando totalmente, em função do custo elevado que acarretava a desapropriação de áreas, cujas localizações atendiam a essa exigência, uma vez que os bairros da Bacia do Una fazem parte da borda do território mais urbanizado de Belém sujeito à acirrada disputa imobiliária. E também por outras razões de ordem técnica, principalmente quanto à necessidade de melhoramentos nos terrenos identificados dentro deste limite. Ao total foram definidas 25 áreas de reassentamento, destinadas às famílias remanejadas, sempre respeitando o distanciamento máximo de 1,5 km, entre a localização inicial da família e a área de reassentamento, destino final da família.

Operacionalmente, o Plano de Reassentamento destinado às famílias atingidas pelas obras de macrodrenagem passa a ser sujeito aos princípios do Projeto de Qualificação Ambiental, utilizando-se, na prática, de uma definição do Plano Nacional de Habitação publicado em 1996. Adotou-se a forma auto-

construtiva no provimento habitacional, enquanto representação do abandono aos modelos padrão, amplamente difundidos nos conjuntos habitacionais. Havia também em acordo com o Crea, órgão de normatização profissional, a isenção de qualquer taxa para o projeto e a execução de residências com área construída menor ou igual a 60 m², sem laje (Ferreira, 1999).

Na prática, o procedimento adotado para as áreas de reassentamento baseava-se na orientação técnica individualizada para cada família remanejada. Esta orientação era feita por dois engenheiros civis e um engenheiro chefe integrante da equipe do Projeto Uma, por intermédio de um escritório responsável pelo gerenciamento da obra, constituído por um subgerente, indicado pelo governador do Estado, assessoria jurídica, área técnica e área social, englobando orientação para planta baixa, planta de estrutura, instalação hidrossanitária e elétrica (Projeto Una, 1997).

No entanto, este procedimento vinha sendo comprometido pela operacionalização que se fazia necessária, em função das várias áreas de reassentamento, além do necessário deslocamento da família remanejada até o escritório do Projeto Una, para que a família ou chefe da família pudesse ser atendido. Além disso, fruto deste mesmo problema quantitativo, a fiscalização das obras se fazia de maneira muito descomprometida com o que havia sido definido pelos técnicos no nível de projeto arquitetônico, sanitário e construtivo, o que gerava uma baixa qualidade

social das construções - entendida como melhores condições urbanísticas, de conforto e sanitárias (Ferreira, 2001), não caracterizando uma melhoria das condições de vida da população.

Tendo em vista essas dificuldades de operacionalização e a necessidade de se delimitar uma área capaz de evidenciar todo o empenho do governo do Estado na realização das obras, é que uma das áreas destinadas ao assentamento, denominada à época de Loteamento CDP, atualmente identificada por Paraíso dos Pássaros, passou a assumir uma importância significativa para os diferentes órgãos e setores da sociedade participantes do Projeto de Macro drenagem da Bacia do Una.

4.2. O Loteamento CDP: Conjunto Paraíso dos Pássaros

4.2.1. Histórico

Dadas as dificuldades iniciais para o reassentamento de famílias em loteamentos localizados segundo os critérios do projeto, optou-se pela concentração dos reassentamentos no loteamento hoje denominado Paraíso dos Pássaros, situado no bairro de Val-de-Cans, no Distrito Administrativo da Sacramento (Dasac). A área está localizada nos limites da 1ª Légua Patrimonial, limitada, ao norte, pelos conjuntos Promorar/Providência; ao sul, por uma ocupação ilegal sem identificação conhecida; a oeste por uma área pertencente à Tropigás e Paragás - que ainda preserva alguma vegetação originária, embora muito degradada pelas próprias empresas -; e a leste, pela ocupação denominada Santos Dumont. Este desloca-

mento atingiu cerca de 28,3% das famílias a serem remanejadas (Projeto Una, 1997).

O loteamento CDP, logo após o início dos remanejamentos, passou a ser conhecido como Conjunto Paraíso dos Pássaros. Os acessos se restringem a duas possibilidades: a mais utilizada atualmente é a partir da Júlio César, pela Rua Santo Amaro, originariamente uma via periférica, parte do sistema viário do Conjunto Providência. O outro acesso pode ser feito pela Rodovia Arthur Bernardes, passando por dentro do Promorar, até chegar à entrada do conjunto.

A área destinada ao loteamento CDP era originariamente de propriedade de uma empresa de distribuição de combustíveis, a Petróleo Sabba, que tinha utilizado há muito tempo atrás o terreno como depósito do seu combustível. A desapropriação por parte do governo do Estado se deu pelo Decreto n. 901 de 08/05/1993, declarando a área de utilidade pública e interesse social para fins de desapropriação. Posteriormente, com o ajuizamento da ação de desapropriação, foi concedida pela Justiça a emissão de posse da área (Projeto Una, 1997). A desapropriação, no entanto, não correspondeu às expectativas geradas em torno do montante pretendido de terra para o reassentamento das famílias, embora o fato não tenha chegado a inviabilizar por completo o seu universo de atendimento das famílias.

O primeiro embate ocorrido em torno do projeto a ser executado na área ocorreu antes mesmo de serem iniciados os serviços de terraplanagem, em função das modificações necessárias para a adequação do desenho proposto, uma vez que

não ocorreu a desapropriação de toda a área pretendida pelo governo do Estado. O primeiro projeto apresentado foi completamente rejeitado pelos movimentos populares representados no comitê assessor, principalmente pela falta de definição dos equipamentos que seriam construídos na área, pelo tamanho e adensamento dos lotes que seriam disponibilizados para as famílias.

Os lotes tinham área média de 100 m², com 5 m de testada por 20 m de fundo. Tais medidas não possibilitam afastamentos laterais, o que inviabiliza o atendimento de condições de habitabilidade peculiares, como o melhor aproveitamento da ventilação natural para amenizar o desconforto natural gerado pelas características de clima quente-úmido da cidade de Belém (Hertz, 1998).

Assim mesmo o governo do Estado ainda disponibilizou cerca de 142 lotes, formando a denominada CDP IV. Enquanto se resolvia o que fazer, as pessoas remanejadas estiveram completamente abandonadas pelo projeto, foram atendidas com uma péssima infra-estrutura instalada nesse setor do conjunto, o que redundou no abandono de lotes e na improvisação de construções que prejudicava muito as famílias remanejadas.

Foi nesse mesmo período que o comitê assessor ao Programa de Apoio a Reforma Urbana (Paru), vinculado à Universidade Federal do Pará, fez o convite para que esta, utilizando-se do seu quadro técnico – basicamente professores e alunos de arquitetura e urbanismo, profissionais e estagiários de serviço social, direito e engenharia civil que pres-

tavam assessoria em determinadas questões propusesse uma contra-proposta ao governo do Estado. Assim, surgiu uma proposta alternativa, desenvolvida por alunos como trabalho de conclusão de curso, que buscava traduzir para o desenho urbano as demandas levantadas pelo comitê assessor¹⁴. Este o aprovou e o levou até a Cohab, que, partindo desse trabalho, apresentou um terceiro projeto tentando consolidar as novas demandas com o que era prioritário para a própria empresa.

A implementação do projeto aprovado e executado requer atendimento de demandas por equipamentos urbanos, como creches, feiras, posto de saúde, escolas e áreas de lazer. No caso das feiras e creches, a localização deveria ser de forma desconcentrada a fim de não dificultar o acesso das pessoas a esses locais.

Outro problema constatado está relacionada à configuração morfológica dos projetos propostos para o conjunto, que, inicialmente, evidenciaram pouca consideração a questões referentes à densidade urbana pretendida pelos estudos. Até mesmo o projeto aprovado não apresentou um resultado satisfatório em comparação, por exemplo, a parâmetros desenvolvidos por Acioly e Davidson (1998) em outras experiências de assentamentos.

Comparando-se o primeiro projeto proposto e o efetivamente implementado, percebem-se me-

lhorias significativas na relação do morador com o espaço em que habita, capaz de atender às suas necessidades básicas, evidenciadas por dois fatores: o percentual de uso com fins habitacionais de 88% passou a 50%; o tamanho dos lotes de 96m² (5,00 m x 19,00 m) passa a 108 m² (6,00 m x 18,00 m).

Em meados de 1997, o projeto definitivo foi aprovado pelo comitê assessor, estabelecendo-se que a Cohab seria responsável pela elaboração de projetos arquitetônicos, pela assessoria na construção e na implantação, pelo gerenciamento das famílias na área, além de buscar a participação da Universidade para que esta desempenhasse um papel crítico e reflexivo naquele cenário (UFPA, 1998).

4.2.2. O Convênio Cohab/UFPA-Paru/Fadesp: conceitos e princípios

A partir do Paru, foi firmado o Convênio de Cooperação Técnica conhecido como Cohab/UFPA-Paru/Fadesp, em junho de 1998, com atuação prevista para seis meses, estendido até janeiro de 2000. Entre suas atribuições, houve uma nova estratégia de ação, em que buscou desenvolver e implementar novas práticas, baseadas numa interdisciplinaridade, com o objetivo de valorizar a identidade individual e coletiva das famílias na cidade.

A atuação do convênio foi pautada na interdisciplinaridade sugerida como proposta de atuação apresentada pelo Paru para a gestão do provimento

¹⁴Sobre o projeto alternativo, ver Rocha, Reis e Pinheiro (1997).

habitacional do conjunto Paraíso dos Pássaros, baseando-se num trabalho integrado entre professores, técnicos e estudantes de arquitetura e urbanismo, serviço social e engenharia civil. Para sua efetivação, foi constituído um escritório de atendimento na própria área do conjunto, com o intuito de dar a orientação necessária em cada especialidade aos moradores que vinham remanejados das áreas do Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una.

O objetivo geral era “orientar técnica e academicamente, a forma e a organização de espaços residenciais e de equipamentos urbanos, tendo em vista o aprimoramento e o desenvolvimento dos indivíduos e da comunidade em termos sociais, culturais, físicos e ambientais” (UFPA, 1998). Para isso, foram formulados subprojetos de atuação de cada especialidade, em que se especificou a responsabilidade de cada um na gestão do conjunto habitacional.

A proposta de gestão apresentada e executada pela equipe do convênio buscou não se distanciar dos programas e dos objetivos gerais declarados tanto pelo BNH de 1996, no que tange, por exemplo, à questão participativa, à gestão descentralizada dos assentamentos humanos, ao abandono dos padrões preestabelecidos de habitação para estas áreas, à necessidade das parcerias, tampouco se dissociar do Programa Lote Urbanizado, que vinha sendo implementado pela Companhia de Habitação do Estado.

A interação das especialidades, serviço social, arquitetura e engenharia civil, é outro fator que assume uma fundamental importância ao se dissociar da prática setorizada, ainda hoje muito observada

na atuação pública. Mesmo com todas as discussões em torno da descentralização, não só nos assuntos urbanos, mas na própria gestão administrativa dos órgãos públicos, ainda é complicada essa cobrança no interior da estrutura administrativa existente, vista muito mais como um objetivo a ser alcançado, talvez o mais difícil, pelos vícios acumulados ao longo dos anos de atuação.

4.2.3. Projeto de Qualificação Espacial Interativo

Para explicar a origem do conceito identificador do que seja o Projeto de Qualificação Espacial Interativo proposto pelo convênio, é necessário recorrer a alguns princípios assumidos pelo BNH, por ocasião da sua publicação, visando a demonstrar à sociedade que o governo federal estava em sintonia, no discurso, com as discussões ocorridas em Istambul, por ocasião da II Conferência Mundial sobre Assentamentos Humanos.

Buscou-se, na aplicação do conceito e na metodologia implementada, utilizar princípios como o abandono dos modelos preestabelecidos no atendimento à demanda por habitações sociais, o trabalho em parceria e a efetiva participação da população alvo nas decisões espaciais individuais e coletivas (UFPA, 1998).

Na realidade, era necessário que se valorizasse a identidade da família remanejada com o ambiente de um conjunto habitacional, distante da realidade que estava acostumada a viver. Para que isso fosse conseguido, utilizava-se a efetiva participação da família no processo projetual da casa, partindo-se do pressuposto de que o atendimento individualizado

com consulta a quadros esquemáticos representativos dos novos “padrões e subpadrões”, tipologicamente preestabelecidos pelos técnicos, deveria demonstrar mais claramente à população a possibilidade do reconhecimento dessas famílias da necessidade de legalidade urbanística (UFPA, 1998).

A produção dos quadros esquemáticos, como parte constituinte do Projeto de Qualificação Espacial Interativo, serviu para melhor orientar a população no processo projetual das residências evidenciado por seis temas: legislação pertinente; ocupação dos lotes; conforto ambiental; instalações hidrossanitárias, elétricas e construtivas; tipologia arquitetônica e relação custo/benefício.

À primeira vista, ou analisando-se de forma isolada os princípios envolvidos na base de atuação do Projeto de Qualificação Espacial Interativo, percebe-se a falta de correspondência ao contexto real da vida dessas pessoas, uma vez que é difícil, para uma população acostumada a traçar suas “normatizações” a partir de “acordos” ou de relações diretas de vizinhança, exigir-se uma adequação às novas normas ou novos conceitos de “qualidade espacial” que não partiram dessa produção espontânea de valores.

O contato direto e efetivo entre os profissionais e a população assistida determina um maior comprometimento da equipe como um todo, com os resultados que poderão ser alcançados pela experiência, sejam eles positivos ou negativos. Isto só o tempo poderá dizer. Apesar deste condicionante, a gestão proposta é completamente distinta da gestão que vinha sendo implementada em outras áreas

destinadas ao reassentamento das famílias, onde não poderia haver um comprometimento gerado pela vivência mais direta da realidade.

4.2.4. Intervenção social

O trabalho social do convênio na assessoria às famílias remanejadas estava pautado na preocupação da equipe em despertar o sentimento de cidadania nos moradores ao se perceberem como sujeitos partícipes da construção de um espaço coletivo com equipamentos urbanos e sociais de qualidade e capacidade para atender as demandas sociais.

O objetivo específico do segmento de atuação social seria contribuir com o processo de participação e organização social de famílias em área de reassentamento visando à sua melhor inserção no novo espaço de moradia e na cidade.

O primeiro contato da equipe com as famílias em via de assentamento ocorria com a participação na Reunião de Sorteio de Lotes, promovida pela subgerência de Relocação do Projeto Una, com o objetivo de apresentar às famílias as atividades desenvolvidas pela equipe do Convênio Cohab/Fadesp/UFPA na área e as informações necessárias sobre o espaço físico do Loteamento CDP, com os respectivos equipamentos e serviços existentes. Desta forma, reafirmava-se a disponibilidade da assessoria técnica da equipe no processo de produção de sua nova moradia. Nesse momento a equipe social destacava a importância da participação e organização comunitária para a garantia de uma moradia digna e com qualidade de vida.

O acompanhamento das famílias no pós-assentamento se dava continuamente no atendimento que a equipe prestava diariamente no barracão localizado na própria área, onde um plantão social registrava os mais variados conflitos, problemas e demandas do cotidiano dos moradores do Lotamento CDP.

O Planejamento de Ação do Serviço Social da equipe social do convênio estava pautada numa proposta metodológica que congregava as principais demandas dos moradores, incluindo cinco eixos de intervenção, a saber: organização comunitária, educação formal e ambiental, geração de renda e esporte/cultura/lazer.

O estímulo à participação e à organização comunitária dos moradores configurava-se como o elemento dinamizador de todos os demais eixos de intervenção. As atividades desenvolvidas em função da organização social concretizavam-se principalmente em reuniões de base (por quadras), reuniões específicas com representantes de quadra e em reuniões ampliadas com entidades e organizações.

As reuniões por quadra, coordenadas pela equipe social do convênio, visavam a fomentar o entrosamento, fortalecer os laços de vizinhança e despertar o sentido da co-responsabilidade coletiva na melhoria das condições de moradia, encaminhando-se o processo organizativo através da eleição dos representantes de quadra e suplentes. As reuniões objetivavam a continuidade do processo de organização comunitária, com o incentivo à responsabilidade dos assentados na formação de novas lideranças

que pudessem construir coletivamente um ambiente saudável de moradia.

Dando continuidade às etapas metodológicas, realizavam-se reuniões específicas (por bloco) com os representantes de quadras, garantindo assim o aspecto qualitativo da experiência, através da capacitação destas lideranças para o bom desempenho de seu papel no encaminhamento dos trabalhos coletivos da comunidade.

A equipe social procurava assessorar a organização dos representantes de quadras, no sentido de garantir sua autonomia no encaminhamento das demandas comunitárias através de ações integradas e específicas. Nessa via eram realizadas reuniões por bloco de quadras para capacitação e definição de ações prioritárias.

As reuniões gerais com toda a comunidade eram as mais variadas, principalmente no que se refere ao envolvimento da população no acompanhamento da instalação dos equipamentos sociais e urbanos na área, fazendo-se a articulação/parceria com os órgãos responsáveis para veicular informações e agilizar a instalação dos referidos equipamentos. Acompanhar a disposição desses serviços era uma das ações do trabalho social. Para isso, discutia-se com os moradores e representantes de quadra a implementação de comissões temáticas em torno de questões específicas, tais como geração de renda, segurança pública, transporte coletivo etc.

A equipe também participava de reuniões relacionadas ao acompanhamento citado, na qualidade de convidada, como um dos atores presentes na di-

nâmica organizativa da área. Registrava-se a participação em eventos, tais como as reuniões com a Polícia Militar – para avaliação e proposição por parte da população quanto ao serviço de segurança pública – e as reuniões com a Secretaria de Economia da Prefeitura de Belém – para discutir com a população a instalação de um equipamento de feira na área.

Além das demandas programadas e previstas pela equipe, as chamadas demandas espontâneas, ou seja, demandas já decorrentes da participação efetiva da comunidade de forma organizada, vislumbraram uma possibilidade concreta de sustentação do conjunto após a saída da equipe. Dentre as demandas levantadas, estiveram em pauta o movimento por taxas de energia elétrica e de água compatíveis com as condições socioeconômicas dos moradores, segurança pública, conflitos familiares e transporte coletivo (Instituição Selo de Mérito, 1999). Nessas situações, coube à equipe de Serviço Social, as devidas orientações para que, em contato com os órgãos responsáveis, encaminhassem suas reivindicações.

Uma das ações mais importantes, e que certamente reflete o diferencial deste tipo de experiência, foi a realizada no âmbito da geração de emprego e renda. A partir da atuação do convênio, em julho de 1998, foi realizada uma pesquisa socioeconômica com o intuito de verificar a situação das famílias moradoras no conjunto. Os dados foram alarmantes, uma vez que, das 487 pessoas entrevistadas, apenas 150 tinham algum tipo de renda. Destas, apenas 88% possuíam uma renda na faixa de 0 a 3 salários mínimos, o que revelava a baixa qualidade de vida da população (Tabela 7).

Faixa salarial	Número absoluto	Percentual
0 a 1 salário mínimo	57	38%
1 a 3 salários mínimos	75	50%
3 a 5 salários mínimos	15	10%
Mais de 5 salários mínimos	3	2%
TOTAL	150	100%

Tabela 7 – Níveis salariais da população residente. Fonte: Relatório Convênio Cohab/UFPA-Paru/Fadesp, jul. 98 (Cohab, 1999).

A ação desempenhada pela equipe, na tentativa de minorar esta situação, foi esclarecer, ou melhor, informar sobre os órgãos existentes nas diferentes esferas de governo, que prestassem algum tipo de treinamento de baixo custo objetivando a qualificação profissional. A seguir, foi estabelecida uma parceria com a Secretaria de Estado do Trabalho e Promoção Social (Seteps)/Unidade Val-de-Cans, para o encaminhamento de moradores do conjunto aos cursos oferecidos pela instituição. Além disso, a equipe também conseguiu articular a garantia de vagas em outros projetos desenvolvidos pela Seteps, como o Comunidade Solidária, destinada a jovens em situação de risco. Garantiu também a participação de moradores da área na seleção de candidatas ao Projeto Sem Choque, voltado para o conserto de eletrodomésticos, e no Projeto Indústria da Alegria, direcionado à criação e confecção de artigos relativos a uma Escola de Samba de Carnaval.

Outro ponto positivo foi a constituição de um cadastro de mão-de-obra desenvolvido pela equipe de engenharia civil, em resposta a uma demanda levantada pelos representantes de quadra que, juntamente

com a equipe social, foi levado até as empresas responsáveis pela implantação das infra-estruturas do conjunto que ainda estavam sendo realizadas, como o asfaltamento de ruas e a construção de sarjetas, para que estas viessem a aproveitar a mão-de-obra dos moradores da própria área.

Neste sentido, foram procuradas duas empresas, a Andrade Gutierrez, que aceitou e se utilizou deste cadastro a partir de julho de 1999, e a Estacon Engenharia, que não quis nem conversar sobre o assunto.

Mesmo que estas ações tenham um universo temporário de atuação, o que fica e é visto como um ponto positivo é a disposição dos próprios moradores em buscar uma solução para o problema, ressaltando-se a orientação dada pela equipe, uma vez que de nada valeria apenas a vontade em buscar soluções para os problemas, sem conhecer onde e como buscar, o que fica sempre mais difícil de se conseguir

4.3. Projeto de urbanização da área do Paracuri II

A área do Paracuri II configura-se como resultado do processo de urbanização brasileira e, em particular, do processo de ocupação da Região Metropolitana de Belém. Dentre as 262 invasões registradas pela Cohab, a área do Paracuri II está localizada no Distrito de Icoaraci, tem uma superfície de 210.000 m², distante 13 km do centro de Belém, que se encontra habitada por 506 famílias (dados de 1996).

Em janeiro de 1996 o terreno foi invadido, com imediata retirada dos ocupantes que logo depois voltaram ao local. Em março desse mesmo ano, o local foi destinado pela Cohab para o remanejamento das

famílias que haviam ocupado uma área do entorno do Estádio Edgar Proença (Mangueirão).

Em dezembro de 1996, a Cohab elaborou uma Proposta Social de Intervenção, com o objetivo geral de “contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população através da oferta de lotes e reorganização do espaço físico e ao mesmo tempo garantir o exercício da cidadania” (Cohab, 1999).

O Projeto Paracuri II foi financiado com o orçamento geral da União, com contrapartida do governo do Estado. As obras iniciaram em abril de 1997 com o fim previsto para dezembro de 1998, no entanto, só foram concluídas em junho de 1999.

A Cohab, através de convênio com a UFPA, disponibilizou equipes de engenheiros, arquitetos e assistentes sociais, para a viabilização do projeto. Além disso, a área do Paracuri II foi dotada de equipamentos, tais como delegacia, reservatório elevado, escola de pré-escolar, quadra poliesportiva e creche.

A partir de um levantamento socioeconômico apresentado à Cohab, em forma de relatório elaborado pela assessoria do Serviço Social Paru/UFPA, onde se constatou alto índice de precariedade na área, em junho de 1997, propôs-se desenvolver alternativas tendo, como proposta básica, a oferta de lotes urbanizados para população com renda de 1 a 5 salários mínimos e outra proposta constando de lotes urbanizados com cestas básicas de material para a construção de casa em regime de autoconstrução para população com renda de 2,5 a 12 salários mínimos. Dentre estas alternativas, está presente o Projeto Integrado de Ações Governamentais na Urbanização da

Área do Paracuri II (Figura 11). A situação atual é que os lotes já foram comercializados, houve a titulação provisória da terra, a construção do Centro Comunitário e de uma escola de ensino fundamental.



Figura 11 – Projeto de urbanização da área do Paracuri II.
Fonte: Foto de Maria Elvira Sá (2000).

A meta era implementar um Projeto Piloto de Assentamento de 506 famílias (2.530 habitantes), dotado de infra-estrutura física e social na Área do Paracuri II, no período de julho a dezembro de 1997. O objetivo geral do projeto era contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, através da integralização das ações governamentais, garantindo o exercício da cidadania.

O projeto tinha os seguintes objetivos específicos:

- reordenar o espaço físico da área através da oferta de 506 lotes urbanizados e financiamento de cesta de material;
- organizar as famílias para viabilizar a construção de moradia em regime de autoconstrução;
- proporcionar à comunidade contemplada pelo projeto ações para assegurar padrão satisfatório de saúde educação e segurança;

- viabilizar o reassentamento das famílias já residentes na área bem como daquelas que serão atendidas pelo projeto.

4.3.1. Dados socioeconômicos das famílias

As famílias residentes na área são predominantemente constituídas de paraenses (72%) apresentam situação socioeconômica precária, com apenas 14% de empregados e 4% de aposentados ou pensionistas. Quanto à escolaridade, 60% dos moradores apresentam níveis variando entre ensino fundamental incompleto e ensino médio completo, sendo que 11% são declaradamente analfabetos.

Quanto às moradias, verifica-se que 13% são de alvenaria, 70% de madeira e 17% de outras soluções improvisadas. Destas, 97% são ocupadas como residências; 52% possuem um cômodo, 18% dois cômodos e 6% três cômodos. As condições de saneamento são precárias, 93% das famílias possuem poços e apenas 22% tem fossa séptica.

As necessidades básicas e as suas principais reclamações por ordem de importância são: segurança (91%); saúde (78%); educação (77%); transporte (74%); saneamento (72%); lazer (72%); vias de acesso (43%).

Os seguintes órgãos, com as respectivas competências, estão envolvidos em parceria institucional no projeto:

- Caixa Econômica Federal - viabilização de financiamento através de recursos do Programa Habitar Brasil.
- Secretaria Estadual de Segurança Pública (Segup)

e Polícia Militar do Pará 4º CIPM-Icoaraci - implementação do Projeto Povo, com policiamento ostensivo volante, bem como do Projeto S.A.C. (Serviço de Atendimento do Cidadão) pela Polícia Militar.

- Secretaria Estadual de Educação (Seduc/DEN/DEAF) - implementação do Projeto Integração Escola/ Comunidade.
- Secretaria de Estado de Saúde do Estado do Pará (Sespa) - ações dentro do Programa saúde Preventiva
- Secretaria de Estado de Agricultura/Centrals de Abastecimento do Pará (Sagri/Ceasa) - Projeto Compras Associadas, Projeto Mercearia do Povo e Varejão Móvel, os quais deverão ser discutidos com a comunidade com vista à viabilidade de suas implementações.
- Secretaria de Estado e Promoção Social (Seteps) - implementação do projeto de capacitação de recursos humanos da área visando à geração de renda - Seteps/Seju - Implementação do Projeto Cidadania/Justiça itinerante.
- Companhia de Habitação do Estado do Pará (Cohab/PA) - responsável por toda a execução técnica e prática do projeto.
- Ação Social Integrada ao Palácio do Governo (Asipag) - responsável por articular com as instituições governamentais, buscando parceria na execução do Projeto Piloto na Área do Paracuri II.
- Universidade Federal do Pará - Programa de Apoio à Reforma Urbana (Paru/UFPA) - elaboração de diagnósticos na área inerentes aos aspectos socioeconômicos da população e de arquitetura e urbanismo.

4.4. A comunidade da Vila da Barca: caracterização geral

A comunidade da Vila da Barca localiza-se às margens da Baía de Guajará, no bairro do Telégrafo, na cidade de Belém do Pará, compreendendo uma área de 50.100 m². Seu acesso principal é pela Rua de Belém, sendo limitada pela Travessa Padre Julião, pelas instalações da Companhia de Embarcações Jonasa e pela Baía do Guajará.

Seguindo o levantamento realizado pela PMB, a comunidade possui uma população estimada para o ano de 1999 em 1.400 habitantes - dos quais aproximadamente 48% são constituídos pelo sexo feminino e 52% pelo sexo masculino. Apesar dos dados oficiais levantados, o Jornal Vila da Barca afirma existirem 3.000 moradores distribuídos em 600 domicílios.

A Comunidade da Vila da Barca possui uma associação de moradores organizada há 17 anos. Segundo o Jornal Vila da Barca (2000), além da associação de moradores, encontram-se em funcionamento entidades comunitárias da Pastoral e um Centro Comunitário, bem como a Associação Carnavalesca Mocidade Unida da Vila da Barca, que existe há 11 anos. Há ainda pequenos templos religiosos, católicos e evangélicos.

Ainda de acordo com o jornal da comunidade, há um pequeno comércio na comunidade caracterizado por alguns bares e pequenas mercearias, lojas de venda de frutas e outros alimentos que são comprados no mercado do Ver-o-Peso e levados para o consumo local da população.

Entre as atividades desenvolvidas na comunidade, encontram-se a de cabeleireiro, venda de açaí e a pesca – a principal delas. O peixe é pescado na própria Baía de Guajará, onde alguns moradores lançam as redes de seus pequenos barcos, alimentam suas famílias e o vendem de forma itinerante ou por encomenda, tendo-se informações sobre a existência da prática da economia de escambo, em que o peixe é trocado por outros produtos, como arroz e feijão.

Apesar das informações do Jornal da Vila da Barca apontarem para o uso comercial e de subsistência do rio, o levantamento da Prefeitura de Belém indica que o rio é destinado mais para o lazer e transporte, supondo-se então que a atividade pesqueira é realizada dentro deste primeiro objetivo, não excluindo, no entanto, seu destino econômico. Existe também a criação de pequenos animais, como aves e porcos, existindo inclusive um matadouro na Vila, no qual os suínos, assim como os peixes são trocados por outros produtos ou comercializados dentro e fora da Vila.

Quanto à situação de trabalho, predomina o comércio informal, havendo poucos trabalhadores com vínculo empregatício. Segundo os dados da Prefeitura, há o predomínio do trabalho autônomo, a maioria relacionada com serviços gerais e domésticos e serviços de construção e reparos de residências, e um grande número de moradores classificados como “desocupados”, sendo que 45,6% da população tem renda mensal de somente um salário mínimo e 28% de um a dois salários mínimos. Os dados sobre os graus de escolaridade apontam para 75,2% da população com o ensino fundamental grau incompleto e 12,4% com ensino médio incompleto.

A partir das análises das fotografias aéreas e da observação in locu sobre a morfologia urbana e tipologia habitacional do espaço da Vila da Barca, pode-se afirmar que este é caracterizado por um conjunto de habitações em sua grande maioria com tipologias palafíticas, situadas sobre uma área alagada/alagável, que possui um sistema de circulação desenvolvido sobre estivas de madeira que conformam um traçado não regular.

Utilizando como base o levantamento realizado pela PMB, verifica-se que 91,7% das habitações são construídas em madeira, 4,3% em madeira e alvenaria. O restante é construído com materiais mistos como zinco e madeira, taipa e madeira, plástico e madeira e somente 0,4% são construções exclusivamente em alvenaria. Em relação ao número de cômodos das habitações, 27,5% destas possuem mais de quatro cômodos, 17,6% quatro cômodos e 25% três cômodos. Este é um fator a ser aprofundado na pesquisa de campo, já que geralmente nessas áreas as habitações possuem um número menor de cômodos.

A construção do sistema de circulação sobre estivas de madeira que permitem a localização das habitações cada vez mais distantes da terra firme e em direção da Baía de Guajará surpreende pela técnica e imprevisibilidade dos traçados, constituindo espaços de domínio da população habituada a tal solução e que já conhece os trajetos.

4.4.1. Origem e construção do espaço

O jornal O Liberal (2000), em entrevistas com moradores antigos, cita que a Vila da Barca surgiu quando famílias de ribeirinhos e agricultores, em es-

pecial oriundos de Igarapé Mirim e Abaetetuba, buscaram morar próximos à estação de trem que existia na Avenida Pedro Álvares Cabral, há cerca de 60 anos, para comercializar frutas, verduras e legumes cultivados nas ilhas. Inicialmente, no local onde hoje se situa a comunidade, foram construídas barracas para a venda dos produtos e depois de algum tempo estas famílias deixaram de voltar para suas localidades de origem, construindo habitações próximo a uma “barca encalhada”, surgindo, então, a referência ao nome da comunidade.

Porém, o *Jornal Vila da Barca* (2000) afirma que a Vila existe há 50 anos, citando a construção de habitações próximo a uma embarcação, que nunca foi encontrada, e que, segundo o jornal, existiria somente na imaginação dos moradores. O relato de alguns moradores contém informações que apontam para o vínculo existente entre a origem da Vila da Barca e as ilhas próximas. Das ilhas teria vindo o material construtivo utilizado pelos moradores para fazer as primeiras pontes de tronco de açaí e a cobertura das habitações.

Na dinâmica do processo de ocupação da Vila da Barca, devem ser considerados não somente a atuação da comunidade na natureza, mas também os processos naturais ocorridos pela ação da maré em uma área de orla, ou seja, há uma tensão ou diálogo entre o avanço da comunidade em direção à água e o avanço da água em direção à área ocupada pela comunidade. Este seria um dos pontos a serem analisados nas condicionantes do processo de configuração espacial.

4.5. O Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba

A Bacia do Tucunduba abrange a totalidade dos bairros de Canudos e Terra Firme, e se estende por parte dos bairros do Guamá, São Braz, Marco e Curió-Utinga, influenciando diretamente a qualidade de vida de parte significativa dos moradores do Distrito Administrativo do Guamá (Dagua), além de atingir o Distrito Administrativo do Entroncamento (Daent) e o Distrito Administrativo de Belém (Dabel). Possui uma área total de 10,55 km², dos quais 54% é alagável. É constituída de 13 canais que juntos somam 14.175 m; deste total, 6.040 m são naturais, 5.700 m já foram retificados de alguma forma, e apenas 1.823 m foram revestidos. A espinha dorsal da Bacia é o Canal do Tucunduba, com uma extensão de 3.900 m, sendo 100% em estado natural, mesmo habitado por um contingente populacional significativo e influenciando na qualidade de vida desses cidadãos.

Como o canal do Tucunduba é o principal da bacia, recebe efluentes dos demais para o lançamento final no Rio Guamá. No entanto, este lançamento está sendo prejudicado por obstruções, seja em decorrência de barreiras hídricas (movimento das marés), seja pela existência de moradias no leito do canal e/ou lançamentos de detritos no mesmo.

Como consequência, devido também a precipitações pluviométricas, a bacia não oferece a vazão necessária para o rápido escoamento de todo o efluente captado na área de abrangência, causando alagamento de grandes áreas, provocando graves prejuízos na qualidade de vida dos moradores que habitam no leito e na faixa de domínio do canal.

Segundo um levantamento inicial produzido por entidades populares que exercem atividades na área, e por técnicos do Dagua, foi constatada a existência de aproximadamente 1.400 domicílios localizados no leito e margens direita e esquerda do Canal (Figura 12).



Figura 12 – Canal do Tucunduba. Fonte: Foto de Vitória Paracampo (2000).

4.5.1. O Processo de Remanejamento no Projeto Tucunduba

O Projeto Tucunduba é um projeto de saneamento que contempla a execução de obras em aterro, drenagem e pavimentação do trecho da Avenida Perimetral até a Rua Celso Malcher. Atualmente está sendo executado o primeiro trecho que se estende da Avenida Perimetral à Rua São Domingos. A execução do projeto é financiada pela CAIXA em parceria com a PMB, tendo como órgão executor a Secretaria Municipal de Saneamento (Sesan).

A Sesan, através de uma comissão de remanejamento, iniciou as negociações com as famílias a

serem atingidas pelo projeto no ano de 1999, se estendendo até o ano atual. Em 1997 foram cadastradas pela Sesan 1.252 benfeitorias construídas na faixa de domínio de abrangência do projeto.

Até o ano de 2001 foram indenizadas pela Prefeitura Municipal/Sesan um total de 468 benfeitorias localizadas na área de domínio do Projeto Tucunduba, estando assim distribuídas quanto à sua localização: Riacho Doce (Av: Perimetral à Rua da Paz) – 148 benfeitorias; Av. Barão de Igarapé-Miri – 6 benfeitorias; R. José Priante à R. São Domingos: 95 benfeitorias; Ilha Pantanal – 163 benfeitorias e Passagem Tucunduba II – 56 benfeitorias.

Do total das 468 benfeitorias indenizadas, foram atendidas 692 famílias aproximadamente. No que se refere ao destino das famílias remanejadas, a Comissão de Remanejamento destaca que há dificuldades em se obter o controle total dos novos endereços, pelo fato de que, após a assinatura do acordo e o recebimento da indenização no setor financeiro da Secretaria, perde-se o contato direto com o morador. Entretanto, há informações de que há preferência das famílias em permanecerem no mesmo bairro ou em bairros próximos da área ou, como em alguns casos, retornarem ao município de origem. Do total de benfeitorias indenizadas existe o controle apenas de 171, o que corresponde a 36,54% do universo total (Tabela 8).

No que diz respeito ao procedimento referente à forma como essas famílias foram indenizadas pelo Projeto Tucunduba, a Sesan utilizou inicialmente duas opções de remanejamento: primeira: as famí-

Destino das famílias	Nº de benfeitorias	%
Mesmo bairro	94	20,09
Outro bairro	24	5,13
Outro município	30	6,41
Cj Eduardo Angelin	23	4,91
Sem informação	297	63,46
TOTAL	468	100,00

Tabela 8 – Origem das famílias remanejadas no programa de Macrodrenagem do Projeto Tucunduba. Fonte: Relatório SocioTécnico SESAN (Belém, 2002).

lias optavam por receber um lote de 8,00 x 1 2,00 m², mais uma unidade habitacional em alvenaria construída pela PMB no Conjunto Eduardo Angelim, localizado na Rodovia Augusto Montenegro km 13; segunda: as famílias optavam por receber uma indenização de acordo com avaliação da sua benfeitoria para que pudessem comprar uma outra em um novo endereço. Esta segunda forma é a adotada atualmente pela Sesan.

4.5.2. O Plano de Desenvolvimento Local (PDL)

As ações a serem executadas no projeto previstas para o período de janeiro 2002 a março 2004:

- realização do processo de consultas sociais: visitas domiciliares, assembléias por rua e quadras;
- composição do Conselho de Controle Social e das comissões de fiscalização;
- implantação de infra-estrutura urbana: 3.120 m de vias públicas, 320 postes de concreto para iluminação pública; 4.976 m de rede coletora de es-

goto; 4.370 m de rede de abastecimento de água; 1.986,50 m de rede de drenagem urbana; 38.523 m³ de aterro de vias e miolos de quadra e terraplenagem do terreno destinado à construção das unidades habitacionais;

- construção de 473 unidades unifamiliares, sendo 89 em autoconstrução, 15 unidades multifamiliares com oito apartamentos e adaptação de oito benfeitorias já existentes;
- remanejamento de 609 famílias em situação de risco ambiental, para área contígua ao local de origem;
- construção de equipamentos urbanos e comunitários: dois centros comunitários, uma creche com capacidade para atender 150 crianças, um posto de saúde Casa Família, duas praças e cinco play-grounds;
- recuperação de área degradada com implantação de área verde de 2 ha de revegetação com árvores típicas da Amazônia;
- execução do trabalho social por meio de cinco subprogramas;
- mobilização, organização e controle social, geração de trabalho e renda, educação sanitária e ambiental, acompanhamento social às famílias remanejadas, serviços de atendimento e informação.

5. Conclusão

Este texto busca traçar um panorama de ações habitacionais na RMB, levados a efeito entre 1996 e 2001. Na análise do contexto local, tanto do plano

físico-estrutural como do setor político-institucional, aspectos ligados à provisão do habitat social demonstram pontos que merecem destaque e crítica mais aprofundada. Percebe-se a existência de paralelos entre esquemas formais de solução do problema do déficit habitacional, construção de novas unidades ou de lotes infra-estruturados, e políticas de provisão de representativo percentual para a solução de problemas em áreas ocupadas informalmente. As soluções urbanísticas, fundiárias ou financeiras, em última instância, institucionais, para não dizer políticas, ainda estão por serem pesquisadas com rigor capaz

de mostrar pontos do estrangulamento, causas e consequências de má atuação pública no setor.

Neste plano político-institucional, nota-se uma falta de coesão entre as unidades governamentais, necessitando uma readequação de competências e a restrição de suas atuações, que provêm da falta de articulação e de uma coordenação geral das operações realizadas. Outro problema observado é a falta de capacitação técnica; não há verificação das qualificações; apenas são realizados, eventualmente, programas de atualização e treinamentos de equipes.

Referências

ACIOLY, Cláudio Jr.; DAVIDSON Forbes. **Densidade Urbana**: Um instrumento de planejamento e gestão urbana. Rio de Janeiro: Mauad, 1998.

BELÉM (Prefeitura Municipal - Secretaria Municipal de Saneamento - Núcleo Setorial de Planejamento - Comissão de Remanejamento). **Relatório sócio-técnico**. Belém, jan. 2002.

CAIXA (Caixa Econômica Federal). **Financiamentos habitacionais concedidos pela Caixa no Estado do Pará nos últimos 5 anos**. Belém, [s.d.]. (Documento fornecido pela Gerência de Mercado da CAIXA).

_____. **Desenvolvimento urbano**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br>>. Acesso em: 27 nov. 2001.

COHAB (Companhia de Habitação do Estado do Pará). **Relação dos conjuntos habitacionais ocupados na R.M.B.**. CAIXA/Cohab. Relatório anual da Cohab, 1988-1989-1990.

_____. **Relatório do biênio 91-92.** 1992. Mimeo.

_____. **Programa de participação comunitária em projeto e autoconstrução de baixa renda – CDP/Belém (PA).** Trabalho apresentado ao concurso “Instituição Selo de Mérito” da Associação Brasileira de Cohabs. Belém, 1999.

_____. **Relação das obras implantadas pela Cohab no período 1995-2000.** Belém, 2001. Fotocópia.

FERREIRA, Hamilton. **Clima e Gestão em Área de Assentamentos Humanos:** o caso CDP (PA). Trabalho de Conclusão do Curso de Arquitetura e Urbanismo. Belém, 1999. (Não publicado).

_____. **Gestão e reforma urbana em área de assentamentos humanos:** convênio COHAB/UFPa-PARU/FADESP. Monografia (Especialização) - Belém, CESUPA, 2001.

FRENTE BELÉM POPULAR. **O próximo passo, qualidade de vida por uma Belém criança, diretrizes programáticas, 2001-2004.** Belém, 2000.

GABRIELE, M. Cecília Filgueiras Lima. Assentamentos humanizados e qualidade de vida: uma contribuição à reforma urbana. In: AMIM, Mário Miguel; XIMENES, Tereza. (Org.). **Habitat nos países amazônicos.** Belém: NAEA/UFPa, 1998. p. 296-395.

HERTZ, John B. **Ecotécnicas em arquitetura:** como projetar nos trópicos úmidos do Brasil. São Paulo: Pioneira, 1998.

192 IBAM (Instituto Brasileiro de Administração Municipal). **Diagnóstico institucional para apoiar a elaboração do plano estratégico municipal para assentamentos subnormais em Belém.** Rio de Janeiro, 1999. Fotocópia.

LIMA, José Júlio. **Do plano diretor ao Congresso da cidade:** por um projeto para Belém. 2001. Trabalho apresentado no II Encontro “Democracia, igualdade e qualidade de vida: o desafio para as cidades no século XX”, 2001. (Não publicado).

PARACAMPO, Maria Vitória. **Cidadania e direito de mora:** a prática de ocupações coletivas e o movimento de posseiros. Belém, 1992. Dissertação (Mestrado) - UFPa/PLADES/NAEA, Belém, 1992.

PNUD-IPEA/UFPA/NAEA/DAU. **Levantamento e análise dos problemas da gestão do uso e da ocupação do solo e proposição de políticas públicas Região Metropolitana de Belém.** Belém, 1997. (Relatório n. 2).

PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil.* Rio de Janeiro: Brasiliense, 1983.

PROJETO UNA. **Plano de Reassentamento:** atualização - 1997. Belém: BID Cosanpa, 1997.

_____. **Estudo longitudinal de avaliação dos impactos sócio-econômicos:** Governo do Estado do Pará. Belém: Cosanpa, 1999.

ROCHA, Danielle Tavernard; REIS, Myrna Castelo; PINHEIRO, Waltency Pereira. **Projeto alternativo de reassentamento:** “CDP”. Belém, 1997. Trabalho (Conclusão de curso) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, UFPA, Belém, 1997.

SACCHS, Céline. **São Paulo:** políticas públicas e habitação popular. Trad. Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 1999.

SEHAB (Secretaria Municipal de Habitação). **A política habitacional do Governo do Povo.** Belém, 2001. Folder fotocopiado.

SOUZA, Norma M. Bentes de. **Participação popular:** reflexões sobre o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una. Belém, 1998. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional/UFRJ, Rio de Janeiro, 1998.

_____. **Gestão Urbana x Participação Popular:** reflexões sobre o Projeto de Macrodrenagem da Bacia do Una – Belém-Pará. In: CONGRESSO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DA AMAZÔNIA, 3., 2001, Belém; ENCONTRO REGIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL, 1., 2001, Belém. Livro de Teses. Anais... Belém, CRESS 1ª região, 2001. p. 35-38.

UFPA **Suporte metodológico para projeto e autoconstrução habitacional de baixa renda em área de expansão urbana – CDP/Belém (PA).** Belém: UFPA-Paru, 1998.

VALENÇA, Márcio Moraes. **Globabituação:** sistemas habitacionais no Brasil, Grã-Bretanha e Portugal. São Paulo: Terceira Margem, 2001.